

Artigo 10 da lei 9.504/97: relevância e contradições no ingresso de mulheres na política em Cachoeiro de Itapemirim-ES, no período de 1992 a 2020

Yasmim Speroto Giro

Graduada em Licenciatura em História. Centro Universitário São Camilo, 29304-910, Cachoeiro de Itapemirim/ES, Brasil.

E-mail do autor: Yasmim.giros@gmail.com

Submetido em: 01 maio. 2021. Aceito: 30 jun. 2021

Resumo

O trabalho tem como foco a discussão sobre os efeitos na aplicabilidade da lei 9504/97, em seu artigo 10, parágrafo 3, que trata sobre a reserva de vagas para gênero, na cidade de Cachoeiro de Itapemirim-ES, entre os anos 1992 até 2020. Por meio da análise comparativa de dados, observa-se que, apesar de se mostrar eficiente no aumento quantitativo de mulheres concorrendo aos cargos de poder, não configura, no entanto, a ocupação dessas mulheres nos assentos do legislativo. Objetificou-se, através de entrevistas despadronizadas, entender o olhar das mulheres eleitas em Cachoeiro de Itapemirim que concluem, majoritariamente, que não enxergam barreiras para sua atuação dentro da Câmara Municipal, mesmo que em suas falas apresentem situações conflitantes. Apenas uma das entrevistadas apresenta interesse em pautas feministas, o que influi no impacto em suas produções legislativas.

Palavras-chave: Mulher, Política, Sub-Representação, Câmara Municipal, Cachoeiro de Itapemirim.

Abstract

Article 10 of law 9504/97: relevance and contradictions in the entry of women in the policy in Cachoeiro de Itapemirim-ES, in the period from 1992 to 2020

The paper focuses on the discussion on the effects on the applicability of law 9504/97, in its article 10, paragraph 3, which deals with the reservation of vacancies for gender, in the city of Cachoeiro de Itapemirim-ES, between the years 1992 to 2020. Through the comparative analysis of data, it is observed that, despite being efficient in the quantitative increase of women running for positions of power, it does not, however, configure the occupation of these women in the legislative seats. The objective was, through non-standardized interviews, to understand the views of women elected in Cachoeiro de Itapemirim who conclude, for the most part, that they do not see barriers to their performance within the City Council, even though their statements present conflicting situations. Only one of the interviewees is interested in feminist agendas, which influences the impact on their legislative outputs.

Keywords: Woman, Policy, Under-Representation, City Hall, Cachoeiro de Itapemirim.

Introdução

A luta das mulheres perpassou por vários momentos históricos importantes para a consolidação de políticas que viessem atender às necessidades específicas do grupo. Porém, a ideia historicamente impregnada na mentalidade da população de que os direitos foram dados e não conquistados representa um grande problema quanto à manutenção dos mesmos.

O direito a votar e ser votada foi uma conquista recente, do início do século XX, pautada em muitas formas de reivindicação de mulheres, que conseguiram voz ao se reunirem em organizações sindicais. Enquanto trabalhadoras, puderam organizar suas pautas e por meio de protestos, abaixo-assinados e manifestos, alcançaram representatividade que fez surtir efeito com novas leis que ampliaram suas garantias ou acabaram com dispositivos discriminatórios.

A luta das mulheres em 1920 foi importante para a conquista do voto, assim como a influência de ventos liberais de Estados consolidados e de instituições brasileiras como a OAB e a imprensa. O discurso a favor da mudança na legislação foi tomando corpo e força, até ganhar espaço na política brasileira (TABAK; VERUCCI, 1994, p.37).

As conquistas não foram oferecidas e é sempre preciso retificar a importância de vigiar e cobrar. O discurso segue tendências e em momentos de crise, como em Vargas, na criação do Estado Novo (1937-1945), há um retrocesso nos avanços democráticos. Da mesma forma que aconteceu em 1964, com a ascensão da Ditadura Civil Militar (1964-1985).

O período de crise política que assolou o Brasil, principalmente depois das jornadas de junho que ocorreram em 2013 pautadas pela diminuição da tarifa do transporte e convertidas

em indignação em relação ao governo que estava no poder, também fomentou o avanço de discursos que estimulavam o obscurantismo em relação às conquistas democráticas e as minorias que lutam por espaços inclusivos.

Grande exemplo pode ser visto com a proposta de revogação do parágrafo 3º da Lei 9.504/97, por meio da PL 1256/19, pelo Senador Angelo Coronel do Partido Social Liberal (PSL), que trata das reservas de 30% das vagas nos partidos para cada gênero, ou entrelinhas, para a promoção do ingresso de mulheres na política.

O município de Cachoeiro de Itapemirim-ES é mais um dentre os diversos exemplos existente no Brasil, de inacessibilidade, ou pouca acessibilidade, do público feminino a cargos de poder, pois o reflexo da exclusão das mulheres na vida política, social e na economia afetam o ingresso das mesmas para os cargos de representatividade.

A lei 9.504/97 surge no ano de 1997 a fim de estabelecer normas para regulamentar as eleições, como a época do ano que ocorreriam e quais cargos concorreriam concomitantemente, assim como orientações para 2º turno, entre outros. Dentre as normas, o artigo 10, §3 diz que “Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo.” (BRASIL, 1997).

Por detrás das entrelinhas é indicado que o quantitativo de mulheres não pode ser menor que 30% para concorrer a vagas de cargos representativos. Historicamente isto representava uma tentativa de equiparação frente às desigualdades em relação aos cargos políticos que eram ocupados majoritariamente por homens.

O número de candidatas concorrendo ao cargo de vereadora, em Cachoeiro de Itapemirim, antes da efetivação da lei de 9.504/97 era apenas simbólico. Cerca de pouco mais de 8%. Após a efetivação da Lei de Cotas, o número de candidatas concorrendo, na última eleição realizada em 2020, foi de pouco mais de 32%, demonstrando que a quantidade de mulheres pretendendo ao cargo quase que quintuplicou em relação aos anos anteriores. O objetivo do trabalho é demonstrar, a partir de uma análise comparativa dos dados, se a lei foi importante para o acesso das mulheres aos cargos de poder em Cachoeiro de Itapemirim-ES. Trata-se de verificar se a lei é suficiente para estabelecer a representação feminina em cargos de poder; discorrer sobre as barreiras que dificultam o acesso das mulheres à política e como as mulheres eleitas entendem esses condicionantes. Os resultados da pesquisa demonstram que a lei é eficiente, mas que sozinha não garante o ingresso de mulheres em cargos legislativos. As barreiras que dificultam o acesso à vida política são evidenciadas a partir do olhar das vereadoras eleitas que foram entrevistadas.

A metodologia empreendida conta com análise comparativa dos dados disponibilizados pelo TER em relação às eleições municipais. Os dados qualitativos foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas com quatro vereadoras eleitas em Cachoeiro de Itapemirim-ES, à luz dos resultados de levantamentos bibliográficos previamente realizados.

Material e Métodos

Foi realizada uma revisão bibliográfica utilizando autores referência em estudos de gênero e utilizando artigos científicos disponíveis on-line, a partir dos dados apresentados objetivou-se elencar as barreiras na inserção de

mulheres na política. Para a análise comparativa foram utilizados dados do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, em relação ao número de mulheres concorrendo às eleições e o número de mulheres eleitas.

O instrumento da entrevista semiestruturada foi utilizado com o objetivo de compreender o olhar das mulheres eleitas.

Resultados e Discussão

Barreiras na inserção de mulheres na política a âmbito nacional

Partindo de uma análise ocidental, visto que em nossa sociedade muito foi resgatado e influenciado pela Antiguidade Ocidental, desde papéis sociais já bem delimitados na Grécia, a democracia e até constituições romanas, é necessário pontuar essa relação com nossa sociedade atual. Segundo Maria Beatriz Nader, quando falamos de sociedade ocidentais espera-se da mulher a submissão, ou seja, o acatamento de ordens sem questionamentos. Alinha-se a isto, a expectativa de que a mulher permaneça no ambiente privado, contrastando com a expectativa em relação aos homens, que deve explorar o ambiente público e o mercado de trabalho (NADER e RANGEL, 2014, p.11).

Durante toda a história os papéis designados às mulheres foram ganhando acentuação. Durante a industrialização ocorrida na Modernidade isso não foi diferente, principalmente com o advento da família burguesa, na separação entre público e privado, delegando o lar como tarefa feminina. Para Coelho e Baptista ainda “A mulher assumiu a responsabilidade pela educação dos filhos, inclusive a transmissão de valores, numa função que atendia aos interesses do Estado e da Igreja.” (COELHO e BAPTISTA, 2009, p.87)

Para Teles, foi durante a industrialização ocorrida no Brasil durante o império é que as mulheres começam a questionar os tradicionais papéis sociais destinados ao gênero feminino.

Tivemos, então, a urbanização e a imigração em larga escala. Com as mudanças na economia, na política e na sociedade, há espaço para novas ideias e a mulher inicia sua participação de uma maneira questionadora da sua condição e do papel que vinha desempenhando. Era sem dúvida muito pequeno o número dessas mulheres, mas nessa época já se registravam as primeiras formulações sobre o papel de submissão imposto às mulheres (TELES, 1999, p.29).

Faz necessário evidenciar que essas mulheres citadas, configuram-se como a elite branca da sociedade imperial. Às mulheres negras ainda recaia a escravidão. A autora faz um importante apontamento sobre as mulheres negras:

A mulher negra, em sua condição de escrava, transferiu diferentes valores: por um lado, reproduzindo a força de trabalho e, por outro, trabalhando nas tarefas domésticas a serviço dos colonizadores, nas casas dos senhores na cidade e no campo (TELES, 1999, p.21).

Enquanto o sistema abria algum tipo de brecha para que as mulheres brancas pudessem repensar os papéis sociais destinados a elas, as mulheres negras tinham que exercer atos de resistência a fim de se opor contra o sistema que as desumanizava. Para elas, o caminho sempre foi mais difícil, reflexo presente em nossa sociedade.

No Brasil, com o advento da República, em 1889, há uma formação iconográfica de representação feminina como contraponto à figura do homem, rei, na monarquia. Essa tendência tem fundamento na Proclamação da República francesa, de 1792, que também bebia da fonte ocidental com origem romana. A figura feminina representada nesses lugares, era de uma mulher libertária e revolucionária. Quadros de Delacroix, conhecido como “A liberdade guiando o povo” que representava uma mulher, de traços populares, que instigada à liberdade foi uma das obras utilizadas na representação desse ideal de República.

Não tão famosa quanto Marianne, de Félix Pyat, figura popularizada na Terceira República, que representava a casa, a mãe, a república, o lar (CARVALHO, 1990, p.75-78).

Os republicanos brasileiros buscavam uma figura de representação. Um detalhe que trazia certa desvantagem em relação aos franceses, era o fato de que a herdeira da monarquia era uma mulher. A sorte foi que os monarquistas quiseram anular a figura de Isabel e enaltecer o conde D’eu, plano que se frustra com os ataques da imprensa. A partir da desmoralização dos membros da monarquia e da relação deles com o Antigo Regime, figuras femininas começam a surgir já exaltando um ideal republicano. O primeiro modelo de mulher representado remetia aos clássicos da república francesa, principalmente da Marselhesa de Rudé, mas as figuras não ganham muita projeção nacional (CARVALHO, 1990, p.79-81).

O positivismo que guiou o advento da República brasileira, começa a influenciar os ideais iconográficos, segundo Carvalho

Os artistas positivistas merecem referência à parte. Entre eles o uso de alegoria feminina se baseava em um sistema de interpretação

do mundo do qual a república era apenas parte, embora importante. Na escola dos valores positivistas, em primeiro lugar vinha a humanidade, seguida pela pátria e pela família. A república era a forma ideal de organização da pátria. A mulher representava idealmente a humanidade. Comte julgava que somente o altruísmo (palavra por ele criada) poderia fornecer a base para a convivência social na nova sociedade sem Deus. A mulher era quem melhor representava esse sentimento, daí ser ela o símbolo ideal para a humanidade. O símbolo perfeito seria a virgem mãe, por sugerir uma humanidade capaz de se reproduzir a interferência externa. Contem chegou ao ponto de especificar o tipo feminino que deveria representar a humanidade: uma mulher de trinta anos, sustentando um filho nos braços (CARVALHO, 1990, p.81).

Respeitando os desejos de Comte, a mulher passa a ser representada como mãe, com filho no colo. A mulher branca, representando um ideal de nação que excluía grande parte da composição brasileira de negros e indígenas (CARVALHO, 1990, p.84).

A mulher negra na república, além de sofrer com a marginalização promovida pelo desenvolvimento industrial que privilegiou a mão de obra europeia, também era a responsável por garantir, sozinha, o sustento da família. Em nenhum momento sua imagem foi privilegiada como representante dessa jovem república (TELES, 1999, p.41-42).

Um dos fatos mais marcantes apresentados no trabalho de José Murilo de Carvalho foi o fracasso em se ter uma figura feminina, mesmo essa desejada pelos positivistas. A mulher vira caricatura. Esse ideal materno passa a ser deturpado e facilmente vira profano, representado por uma mulher prostituta, vira a cara de uma

república de grandes seios que alimenta a classe política. É a representação de uma república que antes era vista como uma jovem e posteriormente através de uma mulher madura, com olhar debochado e fumante (CARVALHO, 1990, p.87-88).

A dificuldade em representar as mulheres no Brasil como ideal republicano aceito popularmente, em contraposição à França, pode se dar pelo fato de as mulheres francesas já vivenciarem cotidianamente um ambiente revolucionário, participando ativamente da revolução, sendo numerosas na queda da Bastilha

Pode-se mesmo argumentar, em vista da resistência dos homens à participação efetiva das mulheres na Revolução, que o uso simbólico da imagem feminina seria uma compensação para a sua exclusão real. O argumento é plausível. Mas permanece o fato de que as mulheres estavam de fato presentes nas manifestações políticas. [...] E, apesar das disputas em torno da origem da figura de Marianne, ela certamente tem a ver com a mulher do povo que se envolve nas lutas políticas. O uso de alegoria tinha uma base de sustentação, o significante não se isolava do significado (CARVALHO, 1990, p.92).

Em contraponto a esse histórico revolucionário das mulheres francesas, no Brasil, motivado pelo positivismo, as mulheres e sua representação, passaram a ter ligação com a reprodução e garantia da saúde moral. Os papéis políticos das mulheres na República eram ligados ao ato de bordar a bandeira. Posteriormente, começa uma tentativa, por parte da Igreja Católica, em enaltecer a Nossa Senhora Aparecida como a rainha do Brasil.

Por problemática que também seja a capacidade da Aparecida de representar a nação, ela sem dúvida supera em muito a de qualquer outra figura feminina, ou mesmo de quase todos os símbolos cívicos. Além de deitar raízes na profunda tradição católica e mariana, apresenta a vantagem adicional de ser brasileira e negra, a léguas de distância da francesa e branca Clotilde. Nem mesmo a princesa Isabel lhe poderia fazer frente. A batalha pela alegoria feminina terminou em derrota republicana. Mais ainda, em derrota do cívico perante o religioso (CARVALHO, 1990, p.94).

Fato é que a representação feminina não se apresentava de maneira contundente na República brasileira. Primeiro porque a população e os artistas não estavam alinhados com a ideia republicana e segundo que a mulher cívica, consciente de seus direitos inexistia. Prevaleceu a santificação da mulher e os antigos papéis sociais desenhados durante a monarquia. À mulher, reservava-se o lar e o cuidado dos filhos. Não cabia uma mulher consciente de seus direitos e muito menos revolucionária (CARVALHO, 1990, p.96).

A inexistência dessa consciência política reflete também na constituição, que para Pinto (1994, p.15-16), o fato de as mulheres não terem sido citadas na constituição revela uma mentalidade da época, no qual as mulheres simplesmente não existiam na cabeça desses homens como indivíduos portadoras de direitos, portanto não cabiam nessa constituição. O termo cidadão utilizado no texto, hora nenhuma teve pretensão de ser universal e englobar homens e mulheres. O cidadão era o homem, nascido no Brasil e com 21 anos.

Com os movimentos organizados de mulheres, há a reivindicação de aspectos que, hoje, são considerados direitos, como é o caso da

educação, que durante muito tempo foi negado, porém, até mesmo neste âmbito é destacado, assim como o acesso ao mercado de trabalho, o papel de cuidados destinados às mulheres, colocando-as apenas na área da educação primária, tratando-se de trabalho (COELHO e BAPTISTA, 2009, p.88)

A inserção das mulheres na política perpassa e se relaciona com agendas que reforçam as desigualdades de gênero, principalmente quando aparecem ligadas com determinados grupos relacionados ao cuidado, tais como crianças e idosos (ALMEIDA et al., 2012, p.237). Muito disso é consequência dos lugares destinados às mulheres. Esta representação demarca locais de atuação, que seleciona grupos de poder que detém maior participação em decisões políticas.

A permanência da mulher no ambiente privado possibilitou ao homem ocupar os espaços de poder e tomar decisões que direcionam a sociedade. A interdependência de agendas configura uma barreira quanto ao acesso da mulher na política (ALMEIDA et al., 2012, p.238). Nota-se uma preocupação dos Estados Modernos em controlar e alienar direitos, como se deu no Brasil durante o governo de Getúlio Vargas, como podemos notar:

As liberdades urbanas adquiridas na década de 1920, principalmente para as mulheres de classes alta e média, com o crescimento das oportunidades educacionais aliado ao incipiente mercado de trabalho que se abria às mulheres no setor de serviços, fomentaram, entre os administradores, públicos e profissionais liberais, uma prerrogativa de desordem social (XAVIER, 2014, p.32).

Essa preocupação leva à criação de políticas públicas que visam a manutenção das mulheres no espaço privado. Com o início do século XX há uma organização maior dos movimentos sociais e consequente reivindicação de direitos, principalmente quanto à participação feminina na política e no mercado de trabalho. Os argumentos contrários justificavam que a consequente participação feminina nessas áreas, causaria a destruição da família (COELHO e BAPTISTA, 2009, p.89).

O crescimento do trabalho feminino preocupava as autoridades, pois, nestes ambientes havia divulgação de ideais emancipatórios que poderiam frear a consolidação do ideal burguês europeu que se pretendia estabelecer. Para que o plano de crescimento econômico fosse efetivado, aliar uma política de gênero foi essencial. Para isso, instituíam-se charges e caricaturas que ridicularizavam mulheres ditas masculinizadas (XAVIER, 2014, p.32).

Apesar dos esforços em manter a mulher restrita ao ambiente privado, as pressões de organizações femininas foram suficientes para a aprovação do voto feminino (XAVIER, 2014, p.32).

Embora houvesse críticas de muitas trabalhadoras de que o voto por si só não era suficiente para apaziguar as desigualdades, ele foi a maior conquista do século e foi obtido após muita luta dos movimentos organizados das mulheres operárias (COELHO e BAPTISTA, 2009, p.90).

Pinto (1994, p.13-15) destaca o movimento organizado de mulheres na luta pelo sufrágio. O feminismo para ela, em sua primeira forma, assume como foco a luta por direitos políticos e tem como porta voz a figura de Bertha Lutz, que exerceu influência durante a década de 1920.

Esse movimento esteve muito associado a figuras políticas nessa primeira fase, e mesmo que fosse coletivo, sempre aparecia motivado por um indivíduo específico. A corrente liderada por Bertha, apresentava no Brasil, a luta por direitos políticos, mas que não definia a exclusão feminina como um processo da posição de poder dos homens. Não havia a discussão sobre a alteração das relações de gênero. Seria o feminismo visto como comportado.

Xavier, discorre sobre como esse feminismo, no início da década de 1920 e 1930, era retratado pelas revistas no Espírito Santo, onde havia uma condenação das ideias de liberdade. A autora destaca

Vários artigos criticavam tal movimento, afirmando que seu objetivo era apenas masculinizar a mulher e tirar-lhe os atributos mais característicos, a feminilidade e a doçura. O mais interessante dessa constatação é que muitos artigos que censuravam o feminismo eram escritos por mulheres (XAVIER, 2014, p.29).

Acreditava-se que a igualdade jurídica era insignificante, pois, a mulher já havia posição de destaque dentro do lar, já que era quase a chefe desse domínio. A educação era uma arma que disseminava esses ideais de submissão. Xavier também destaca

A educação feminina era um tema recorrente na revista *Vida Capichaba*, apresentando matérias a favor de uma educação voltada para a formação de mulheres que pudessem exercer a função de donas de casa asseadas e mães dedicadas, além de aulas de formação profissional que eram voltadas para a carreira de magistério ou serviços de secretária; até porque outras funções eram consideradas indignas. Geralmente, as

escolas eram separadas por sexo, pois se acreditava em que isto pudesse evitar a depravação entre homens e mulheres (XAVIER, 2014, p.30).

Esse projeto de manutenção de poder se estende para o voto feminino. Apesar de sua conquista, ele ficou restrito às mulheres com mais de 21 anos e alfabetizadas. Ao tempo que permitiu uma ampliação de direitos, também criou mecanismos para o restringir.

O voto era ligado às ideias de progresso aos moldes do modelo europeu, porém, para que sua implementação ocorresse no Brasil, foi preciso estabelecer condições. O voto seria um direito apenas para as mulheres solteiras ou viúvas. A conquista foi considerada um assunto polêmico, pois, para a sociedade, representava o afastamento das suas famílias, além de se alegar que as mulheres não possuíam discernimento político para exercer seus direitos. A constituição promulgada em 1934, previa o papel social da mulher, de submissão ao lar, bem como a moral e educação dos filhos, tão necessário à manutenção social. A proibição do divórcio é um grande indicativo deste papel, pois, a mulher sempre estaria atrelada ao casamento e à família. Na medida em que a constituição permitia o voto, ela alienava esse mesmo direito através de vários dispositivos sociais (XAVIER, 2014, p.30-33).

A mídia, principalmente com o estabelecimento do Estado Novo (1937) começa a empreender propagandas que visavam reafirmar o papel destinado às mulheres: serviçal. Ditavam normas de comportamento. Mulheres independentes, ou que estavam no mercado de trabalho, eram retratadas como masculinizadas. A década de 40, inspirado pelas obras de Hollywood passam a ser pauta de padrões de beleza. A educação, instrumento de controle do Estado, aliada à igreja católica, também

empreende controle do comportamento feminino, a fim de afastar influências modernas, como o feminismo (XAVIER, 2014, p.34-36).

Com essa parceria entre o Estado e a Igreja católica, o voto perde ainda mais seu sentido em um ato de supressão dos direitos que foram alienados neste período da história, em que as meninas recebiam constantemente incentivos que reforçassem sua função de cuidados do lar, em detrimento, das liberdades defendidas pelo feminismo (COELHO e BAPTISTA, 2009, p.91).

Com o fim do governo de Vargas em 1945 até a implantação do regime ditatorial no Brasil, em 1964, muitas conquistas e associações de mulheres foram estabelecidas. Em 1962, por exemplo, é aprovado no congresso o estatuto da mulher casada que previa:

a mulher deixou de ser representada legalmente pelo marido e passou a ser colaboradora dele, no seu papel de chefe de família. O consentimento mútuo passou a ser necessário para alienar imóveis, hipotecar bens e dar fiança e ambos passaram a ter os mesmos impedimentos legais. Tal proposta foi defendida pelo Conselho Nacional de Mulheres, fundado pela feminista Romy Medeiros da Fonseca (COELHO e BAPTISTA, 2009, p.91).

Apesar de conquistas significativas, como a formação da Liga Feminina do Estado da Guanabara, o Encontro Nacional de Mulheres e a ampla defesa de direitos, com o Golpe de 1964 essas associações foram praticamente extintas, retornando apenas em 1975, com o Ano Internacional da Mulher (TELES, 1999, p.50-51).

Teles destaca o ano de 1975 como um marco histórico no avanço das ideias feministas no Brasil. Foi um evento promovido pela Organização das Nações Unidas. As brasileiras, apesar da grande repressão da Ditadura,

conseguiram exercer organização e espaços de resistência, principalmente nas periferias. Elas passaram a ser voz ativa de resistência no enfrentamento da Ditadura. As mulheres já eram atuantes nesses espaços e nas universidades. O evento da ONU foi visto como uma grande oportunidade. A partir desse encontro, vários outros movimentos começaram a se estruturar, inclusive congressos como o Congresso da Mulher Metalúrgica, o movimento pela luta na implementação de creches e conseguem dar seguimento na solicitação de suas demandas (TELES, 1999, p.84-107).

Em 1986, com a eleição para deputados para o que seria a Assembleia Nacional Constituinte, apenas 26 eram mulheres, de 559 deputados. A autora destaca que

Em 1985, o governo federal criou o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que se tornou, em determinado momento, um instrumento de mobilização das mulheres por suas reivindicações. Dessa forma, elas conseguem acompanhar o trabalho dos constituintes e debater, polemizando em torno de seus direitos, as novas leis estão sendo elaboradas (TELES, 1999, p.143).

A participação das feministas e os anseios foram incorporadas ao texto constitucional, sendo considerado uma constituição importante para o avanço dos direitos femininos. O aborto, pauta importantíssima, foi renegada pelos deputados evangélicos que exerceram pressão e que só não retrocederam mais, tirando o direito já garantido por lei em alguns casos, por conta do engajamento das mulheres (TELES, 1999, p.144).

O ingresso das mulheres na política e em seus âmbitos, seja de participação através do voto ou exercendo mandatos, é recente em nossa

história, a luta pela conquista de direitos se estendeu e se estende por toda a trajetória brasileira, seja na contestação dos papéis sociais ou até na formação de agremiações de movimento organizados. Ainda temos um longo caminho a percorrer, principalmente no que se refere à ocupação de cargos de representatividade, fato que dificulta a ampliação e consolidação de nossa democracia.

Sub-representação de mulheres na política brasileira

A sub-representação das mulheres na política, fenômeno provocado pelo número pequeno de mulheres eleitas para os cargos de representatividade, ganha corpo promovido por uma série de fatores.

Além dos papéis sociais destinados à manutenção da família, destaca-se também segundo Guedes e Nóbrega os “modelos tradicionais existentes em muitos partidos políticos e estruturais de governo, as atitudes e práticas discriminatórias, as responsabilidades familiares, os altos custos na pretensão e manutenção de uma atividade política etc.” (GUEDES e NOBREGA, 2019, p.12101).

Os estudos promovidos por Araújo, discorrem sobre a correlação entre o tipo de representação. Para a autora a problemática gira mais em torno das condições do processo do que de fato ao número de candidatas que concorrem.

Uma das problemáticas apontadas está ligada à resistência dos partidos em compor candidaturas femininas e ao universo restrito de mulheres que se colocam a disposição de candidaturas, fato que se explica pela trajetória de submissão imposta (ARAUJO, 2001, p.237-239). A autora ainda destaca:

Nesta perspectiva, o problema da representação das mulheres envolve dimensões analíticas distintas, que vão desde antecedentes comuns de exclusão histórica, passando pelas suas trajetórias sociais marcadas pela condição de gênero e por aspectos relacionados com as condições socioeconômicas, até aspectos do sistema político tais como a cultura política e os sistemas partidário e eleitoral. Por razões de espaço, não é possível detalhar aqui cada uma destas dimensões. Importa destacar aspectos relacionados com o sistema político, particularmente os ligados ao sistema eleitoral, ainda pouco debatidos na literatura local, e que emergem como relevantes para entender os resultados quantitativos das cotas (ARAUJO, 2001, p.239).

O sistema representativo assumido pelo Brasil, configura-se como um ponto positivo no ingresso de mulheres na política visto que a Araújo destaca que

Há praticamente um consenso quanto à influência do sistema de representação sobre as chances de acesso das mulheres. Através de comparações estatísticas, vários trabalhos têm concluído que sistemas de representação majoritária (ou aquilo que no Brasil é conhecido como “distrital puro”) tendem a ser menos favoráveis às mulheres e que sistemas mistos (distrital misto) tendem a ser pouco favoráveis, ao passo que sistemas proporcionais tenderiam a ser os mais favoráveis em termos de acesso a mandatos legislativos (ARAUJO, 2001, p.239-240).

O sistema adotado pelo Brasil é o proporcional, onde os partidos podem lançar e eleger várias candidaturas. O problema apontado por Araújo (2001, p.240) relaciona-se com o

tamanho dos distritos. Distritos menores tendem a ser menos favoráveis as candidaturas femininas.

Outro fator que deve ser levado em consideração em uma análise quanto à inserção de mulheres, é o tipo de lista eleitoral adotado, ou seja, a forma como os partidos estruturam as candidaturas. O Brasil é compreendido dentro da lista aberta, aonde “o partido só compõe um universo de nomes, sem ordem de prioridades formal, e o eleitor vota num único candidato, sem necessariamente ter de votar para a legenda partidária.” (ARAUJO, 2001, p.240). Fato é que a questão das listas, correlaciona-se com o contexto social do país.

Jairo Nicolau ressalta que:

O sistema em vigor no Brasil oferece duas opções aos eleitores: votar em um nome ou em um partido. As cadeiras obtidas pelos partidos (ou coligações entre partidos) são ocupadas pelos candidatos mais votados de cada lista. É importante sublinhar que as coligações entre os partidos funcionam como uma única lista; ou seja, os mais votados da coligação, independentemente do partido ao qual pertençam, elegem-se. Diferentemente de outros países (Chile, Finlândia e Polônia) onde os eleitores têm que obrigatoriamente votar em um nome da lista para ter o seu voto contado para o partido, no Brasil os eleitores têm a opção de votar em um nome ou em um partido (legenda). O voto de legenda é contado apenas para distribuir as cadeiras entre os partidos, mas não tem nenhum efeito na distribuição das cadeiras entre os candidatos (NICOLAU, 2006, p.692).

A falta de distribuição das cadeiras entre os candidatos, bem como a falta de uma garantia de que parte destas cadeiras sejam garantidas para candidaturas femininas, contribui para a sub-representação feminina em cargos do legislativo.

Segundo Araújo:

Qual a relação que pode ser estabelecida entre tais resultados e o tipo de lista respectivo? Com base no que foi discutido acima, é possível sugerir que as cotas tendem a apresentar maior eficácia nos sistemas de listas fechadas ou semi-fechadas e menor nos sistemas de lista aberta. A formação de uma lista de nomes para concorrer em sistemas eleitorais como o do Brasil, em que o voto pode ser dado exclusivamente ao candidato e a competição é muito individualizada, tende a ser um procedimento formal e legal. Não se vota na lista, mas sim no candidato. É este que o eleitor fica conhecendo na propaganda eleitoral, muitas vezes feita de maneira desvinculada do partido. Compor uma lista de nomes partidários não diz nada sobre ser prioritário ou estar efetivamente no cenário da disputa. Além disto, no cômputo interno de cada partido, o que vai contar, sobretudo, é a quantidade de votos que cada candidato consiga obter (ARAUJO, 2001, p.243).

O sistema de lista fechada, no qual o partido pode compor um ordenamento, aonde os candidatos que ocupem as primeiras posições consigam se eleger, é tido como preferível às candidaturas femininas, contudo, mesmo neste cenário faz-se importante delimitar uma reserva nas primeiras colocações neste ordenamento para que as mulheres consigam, de fato, alcançar espaços de poder. O contexto social e político do país tende a ser um fator decisivo na construção de espaços inclusivos para mulheres. Culturas políticas mais tradicionais tendem a ser mais conservadoras e menos favoráveis na construção de uma inclusão para as mulheres (ARAUJO, 2001, 244). Com todas essas circunstâncias, o número de representantes nos cargos de poder é insignificante. Este fato impacta diretamente no sentido de consolidação democrática e das ações

de políticas públicas a serem implementadas (GUEDES e NOBREGA, 2019, p.12101).

O sistema proporcional também apresenta várias problemáticas como destacado por Guedes e Nóbrega

Em nosso país, tanto o sistema majoritário como o proporcional estão previstos na Constituição Federal de 1988 e foram as opções encontradas para a representação mais ampla da nossa sociedade. Porém, o sistema proporcional com lista aberta tem sido bastante criticado, entre outros motivos, por tornar as campanhas políticas muito dispendiosas e por provocar a excessiva fragmentação partidária, o que pode gerar prejuízos à representatividade feminina (GUEDES e NOBREGA, 2019, p.12105).

Além desse sistema de lista aberta que acaba não favorecendo a inserção das mulheres, outras problemáticas são somadas a questão, como levantadas por Guedes e Nóbrega, tais como

Grande influência do poder econômico no pleito eleitoral; má distribuição dos recursos; número excessivo de campanhas eleitorais para o parlamento e um número considerável de partidos frágeis, sem coesão interna, pouco ou nada ideológicos e programáticos; distanciamento e falta de interação entre o eleitor e seu representante; relação pouco 'republicana' entre financiadores e candidatos etc. (GUEDES e NOBREGA, 2019, p.12106).

Para Guedes e Nóbrega (2019, p.12106), além de todas essas questões, se não existir uma política que obrigue os partidos a fomentarem a participação política das mulheres, bem como a ocupação de espaços de decisão, como o próprio diretório dos partidos, uma mudança do

componente proporcional, o cenário pouco se alterará.

O cenário político no Espírito Santo: trajetórias de mulheres que ocuparam o senado

O cenário político do Espírito Santo no que diz respeito à inserção de mulheres perpassa por uma série de questões, como o machismo e os entraves históricos. Entender como foi a trajetória das mulheres que ocuparam a esfera macropolítica, através da eleição aos cargos do Senado, nos ajudar a construir um campo de análises importantes para se entender a micropolítica, como a câmara de vereadores de uma cidade, como é o caso de Cachoeiro de Itapemirim. Lunz (2019) e Souza (2014) elucidam essas questões através de estudo de caso a partir de figuras femininas que pioneiramente acessaram esses espaços de representatividade.

Lunz (2019, p.35-36), em seus estudos, apresenta uma personagem, Emiliana Vianna Emery, nascida em Freguesia do Veado, uma localidade de Alegre, conhecida como a primeira mulher eleitora do Estado e do Brasil, reconhecida legalmente, após alegar ser a “chefe da família”. Casada aos 13 anos, mãe de sete filhos, ficou viúva bem cedo e a partir disso começou a desenvolver várias atividades comerciais e políticas. No início do século XX, Emiliana era uma empresária de sucesso e uma figura de grande protagonismo político. Em 1929, ficou conhecida como a primeira mulher a poder votar, mediante as circunstâncias de vida que apresentou. Quando Getúlio aplica o golpe, instaurando o Estado Novo, iniciando um período de repressão, principalmente para as conquistas femininas, Emiliana, politicamente ativa, alia-se ao partido UDN, antigetulista.

Outra personagem foi Judith Leão Castello Ribeiro, que foi a primeira mulher a ocupar a Assembleia Legislativa do Espírito Santo.

Filha de família influente, professora e casada com um homem que possuía projeção na carreira política. Adentrou nos espaços de representatividade pela primeira vez em 1934, sem sucesso, e no ano de 1947, no qual se torna a primeira mulher eleita do Espírito Santo a ocupar uma cadeira do congresso, exercendo, a partir daí, quatro mandatos, até 1962.

Sua atuação foi importante na ampliação de direitos para as mulheres, como o direito a licença maternidade, além de outros diversos projetos de lei que visaram a construção de escolas e hospitais. Ocupou espaços dentro das Câmaras, participando de comissões importantes, como as de educação (LUNZ, 2019, p.38-39).

Lunz ainda destaca que o processo de inserção das mulheres para a política não foge à lógica nacional. Para o autor

As mulheres no Espírito Santo enfrentaram diversas dificuldades históricas e sociais inerentes ao processo de incorporação feminina na política, estas dificuldades ocorrem em virtude de as mulheres pertencerem historicamente a uma sociedade caracterizada por ações patriarcais, na qual a política ficou restrita a um assunto masculino, e muito vagarosamente conquistaram o direito à participação e a representação política. O campo político impõe às mulheres alternativas mais onerosas do que aos homens, uma vez que o fato de “Ser Mulher” encontra-se carregado de simbolismo de subalternidade que dificultam o acesso feminino às esferas do poder político (LUNZ, 2019, p.40).

Corroborando a este argumento Souza (2014, p.112-125) traz o caso de Ana Rita Esgário, nascida em Conceição do Castelo, em 1958. Tendo uma vivência bastante religiosa, nunca separou esses âmbitos em sua vida política, trabalhando em Comunidade Eclesiásticas de Base, alinhando os ideais cristãos de justiça às transformações sociais.

Trabalhou em Centros educacionais, como assessora de diversos movimentos sociais e em Conselhos Estaduais de Assistência Social, da mulher, de pessoas com deficiência e com idosos, além de participar da Comissão Estadual do Trabalho.

Ana Rita filia-se no partido dos trabalhadores em 1987 sob uma ideia de que o partido é um instrumento para mudanças sociais. A partir de sua entrada no PT, Ana Rita, concorre e vence, cumprindo o mandato entre 1993 até 1997, encerrando sua carreira por um tempo, ao fim do mandato, pois, enfrentou muitas barreiras dentro da câmara de vereadores

Perguntei à Ana Rita por que o mandato foi pesado. Ela me explicou que a Câmara Municipal de Vila Velha era composta de vereadores machistas, preconceituosos e alguns “de perfil até perigoso”. Ela relatou que no mandato em que ela não quis se reeleger dois vereadores foram assassinados. Acrescentou que era muito difícil representar os movimentos sociais na Câmara Municipal naquele período, pois muitos vereadores não tinham nenhuma relação com movimentos sociais ou eram francamente hostis (SOUZA, 2014, p.118).

Além de enfrentar essas dificuldades, a solidão nestes espaços era comum, pois, não haviam outras mulheres e quando existiam, eram poucas. A autora destaca ainda que

A senadora entendeu que, naquele ambiente, a hostilidade passava pelas corrupções então denunciadas, mas também por questões sexistas. O número de mulheres em espaços como esse era muito limitado. Ana Rita se lembra de haver na época apenas mais uma mulher, de outro partido, na Câmara. E a situação não mudou, porque não há mulheres entre os vereadores de Vila Velha na atual legislatura (2013-2016) (SOUZA, 2014, p119).

A senadora nunca casou ou teve filhos, pois, queria se dedicar à sua carreira e vida política. Souza destaca ainda que a Ana Rita ficou 14 anos sem disputar eleições e marca como impedimentos as disputados majoritárias e as disputas internas do partido, sendo um desafio emplacar uma candidatura feminina (SOUZA, 2014, p.124-125).

O outro caso que se apresenta é da Etevalda Grassi Menezes, nascida em Rio Bananal, ao norte do Estado do Espírito Santo, em 1948. Filha de uma grande família, foi proibida de estudar pelo pai que considerava que as mulheres deveriam trabalhar como costureiras e que os estudos eram destinados aos homens.

Apesar dos desafios, Etevalda consegue concluir seus estudos e se forma em direito no ano de 1988. O seu envolvimento com a política surge também influenciado por seu casamento com Nyder Barbosa de Menezes, que já tinha uma carreira na política e era filiado ao MDB. Apesar de acompanhar o marido em vários eventos políticos, ela nunca foi incentivada a adentrar na política, mas mesmo assim, isso não impediu sua candidatura em 1986, porém, muitos obstáculos foram colocados. Seu marido invocava ideais que formavam a sociedade no qual as mulheres devem cuidar dos filhos e cobrava isso da esposa (SOUZA, 2014, p.125-128).

É evidente notar a cobrança que a maternidade e o quanto os papéis sociais destinados as mulheres eram permanentes na vida de Etevalda, sendo o motivo de desistência de sua carreira política quando ela foi confrontada com uma escolha: ou a carreira ou a família. Vendo-se sem poder aquisitivo para bancar uma eleição a candidata escolhe a família. Souza (2014, p.131) ainda destaca que “A cobrança familiar foi, porém, o fator decisivo para sua desistência dos cargos eletivos.” Etevalda continuou atuando nos bastidores da política, tendo um papel importante em vários órgãos públicos.

A história de Iriny Lopes, nascida em 1956 em Lima Duarte, Minas Gerais, perpassa por uma responsabilidade assumida por ela desde cedo. Com os problemas de saúde de sua mãe, a menina logo cedo teve que assumir a condução da família e ocupar a posição de “mãe” na criação de seus irmãos mais novos. O pai, que constantemente viajava foi o responsável por apresentar o gosto pelo estudo e pela ciência, a mãe, dona de casa e zelosa, foi responsável por apresentar a vida comunitária à Iriny e por manter a menina em “rédeas curtas” (SOUZA, 2014, p.131-133).

Por crescer em uma cidade de interior a experiência de emancipação de Iriny foi vivenciada de uma forma diferente. Souza destaca

Apesar do grande fortalecimento que o movimento feminista teve a partir da década de 1970, em que Iriny já havia alcançado 14 anos, e da propagação das ideias de liberdade sexual e comportamental, as cidades do interior viviam sob os costumes tradicionais bem marcados e as relações entre homens e mulheres eram muito vigiadas. Mesmo nas cidades maiores, eram

motivo de escândalo as moças que desafiassem os costumes sociais, que reprimiam a sexualidade das mulheres e seu trânsito livre no espaço público (SOUZA, 2014, p.134).

A vinda de Iriny para o Espírito Santo se deu em 1970, por conta do trabalho de seu pai, e a vida de Iriny aconteceu no litoral. O namorado que também era de Lima Duarte veio para o Espírito Santo e os dois se casaram e tiveram três filhos. O interesse por política, em sua percepção, surge através de seus pais e por sua vivência na infância onde presenciou a desigualdade social, bem como a ditadura civil militar que marcou o imaginário de Iriny, principalmente a partir do endurecimento promovido pelo AI-5e pelos confrontos do movimento estudantil. A morte de Carlos Lamarca, ex capitão do exército que desertou a fim de lutar contra o regime, foi decisiva para que Iriny compreendesse sua posição política: a luta contra as injustiças (SOUZA, 2014, p.135-137).

Para Souza, Iriny destaca que

A formação “de esquerda”, ela atribui aos pais, às condições materiais de sua família e à vivência na periferia, que a fez conviver com a face das desigualdades sociais. Toda a reflexão que Iriny teve ao longo da vida também se direciona para o período, uma vez que fala com conhecimento histórico e maestria sobre o mesmo, intercalando as imagens vistas quando adolescente com a conjuntura da época, o que explicita o processo de reelaboração do passado sob a lente do presente. De fato, a ditadura marcou toda uma geração, da qual uma parte viria a alcançar a elite política brasileira anos depois (SOUZA, 2014, p.137).

Iriny teve contato com a igreja católica e com o teatro, ambos importantes para formação de sua consciência política. Além de entrar no partido dos trabalhadores ela participou de sua fundação, em 1980 e destaca que no período em que os partidos eram clandestinos, sua formação política esteve muito atrelada aos trabalhos de base junto à associação de moradores e a militância no movimento estudantil. Iriny destaca que vivenciava as situações e posteriormente as estudava, a prática sempre foi muito presente em sua vida. Destaca que sua relação com a luta das mulheres esteve muito no campo da observação e da prática do dia a dia, onde vivenciava esse papel de cuidado destinado às mulheres (SOUZA, 2014, p.138-139).

Iriny ocupou vários cargos importantes, como a presidência do partido e como secretária de relações internacionais. Ocupou cadeira na câmara dos deputados entre 2003-2007 e na câmara de vereadores entre 2007-2011 e entre 2011-2015. Atuou como ministra da presidente Dilma Rouseff. Estabeleceu vínculos com o movimento de mulheres e percebeu a falta de representatividade dessa parcela da população em conselhos e lideranças (SOUZA, 2014, p.140-144).

Outra figura política apresentada nos estudos de Souza foi a Maria de Lourdes Savignon, nascida em Cachoeiro de Itapemirim-ES, em 1957, em um bairro popular da cidade, o Valão. Formou-se no secundário e como técnica em Contabilidade na escola Ateneu, em 1978.

Seus pais eram separados e Maria começou a trabalhar aos 15 anos. Sua trajetória política se iniciou na igreja católica, também em Comunidades Eclesiais de Base e através do contato com um padre jesuíta, o Nazareno, que defendia a necessidade em entrar na política. Foi nesse espaço que Maria se inspirou a entrar

efetivamente na política. Em 1980, filiou-se ao Partido dos Trabalhadores e ocupou cargos de poder dentro do partido, como a presidência.

Após a saída de Vitor Buiaz para concorrer às eleições municipais de vitória, Maria assume seu lugar na Câmara dos Deputados, pois era a primeira suplente, tendo chegado ao cargo após uma campanha sem muita esperança, principalmente por conta do imaginário que a população tinha do partido. Porém, apesar disso, ela consegue chegar como suplente e assume a cadeira na Câmara, até 1991 (SOUZA, 2014, p.145-147).

Empenhou-se na construção do *sindimámore*, uma demanda popular pela construção do sindicato que até então não havia sido realizada. Para Luordinha, suas bandeiras de luta, perpassam por pautas que beneficiam a população, como o transporte e a educação. Ressaltou ainda que a política é um espaço dominado por homens e que os partidos políticos não se interessam em estabelecer uma política de igualdade, apenas de interessam pela manutenção do poder. Após um problema de saúde Maria se ausentou da carreira política e hoje mora com seus pais, de quem cuida (SOUZA, 2014, p.147-150).

Dentre as trajetórias políticas apresentadas, destaca-se a cobrança para a realização de papéis sociais atribuídos às mulheres, como o casamento e a educação dos filhos, Souza ainda destaca que

O sentimento de culpa pela ausência junto aos filhos foi apontado por Etevalda, Rose, Myrthes e Rita. Nesse sentido, é possível dizer que há, ainda, uma latente centralização da família e do espaço privado na figura das mulheres, o que gera impactos contundentes em seu trânsito no espaço público, vinculado ao “sacrifício” de escolher

entre carreira e família ou de conviver com a tensão e a “culpa” de permanecer na vida política (SOUZA, 2014, p.212).

Outras questões são a falta de apoio e incentivo dos partidos políticos em alavancar candidaturas femininas e na cor das mulheres que aqui conquistaram cargos de representatividade, todas são brancas, o que influenciou significativamente o ingresso dessas mulheres na política.

Essas trajetórias de vida nos ajudam a montar o quadro de mulheres que atuaram politicamente no Espírito Santo. A formação religiosa, o contato da política através dos maridos e o contato com realidades de vulnerabilidade compõe o imaginário de atuação dessas cidadãs.

Apesar de mulheres, nenhuma representa ou afirma representar uma agenda feminista, ao passo que todas defendem e levantam a bandeira das mulheres. O Espírito Santo e, em especial, os distritos e municípios que o compõe, são muito conservadores e como já debatido anteriormente, territórios conservadores não alavancam muitas candidaturas femininas, talvez venha daí a necessidade de afastamento do feminismo.

Rangel, discorre sobre como as orientações ideológica de controle da educação das mulheres no Espírito Santo atuou como um normalizador dos comportamentos femininos. Os valores católicos foram os que mais ecoaram na sociedade capixaba.

A propósito, essas eram posições ideológicas difundidas com grande aceitação por quase toda a comunidade política e intelectual capixaba. Homens e mulheres da elite estavam irremediavelmente situados na mira de influência dessas concepções. Além disso, os intelectuais, dentro dos limites da

sociedade local, pertenciam ou detinham laços de amizade e parentesco com a oligarquia rural, que, em aliança com a Igreja Católica, conseguia, sem muitos filtros, internalizar os seus valores morais nos costumes e na mentalidade da sociedade espírito-santense. Desse modo, o catolicismo, no contexto capixaba, entoava o discurso religioso de maneira conciliatória à crença comtiana balizada no progresso, de modo a promover uma antiga, porém reatualizada linguagem moral e política de justificação do poder entre as classes dirigentes, sem contar que esses valores serviam, na mesma medida, para desobstruir o projeto de intervenção dos intelectuais na recriação da identidade capixaba (NADER e RANGEL, 2014, p.50).

A Igreja Católica empreendeu um discurso forte em frear os discursos femininos assumindo que eram prejudiciais para o lar. Anos de empreendimento deste discurso gerou impactos na formação das mulheres capixabas, reflexo que se nota, nos discursos das mulheres eleitas, que tendem a ter um afastamento do feminismo e de uma agenda feminista.

Olhares femininos na câmara municipal de Cachoeiro de Itapemirim-ES

Renata Sabra Baião Fiório Nascimento¹

Renata é filha mais velha de Paulo Danilo Fiório e de Sineia Sabra Baião, irmã de Juliana Sabra. Nasceu em Cachoeiro de Itapemirim, em 1978. Atualmente é advogada, militante da advocacia civil e empresária, sendo sócia

¹ NASCIMENTO, Renata. Artigo 10 da lei 9504/97: relevância e contradições no ingresso de mulheres na política em Cachoeiro de Itapemirim-ES, no período de 1992 A 2020. Entrevista concedida a Yasmim Speroto Giro, Cachoeiro de Itapemirim, 2020.

proprietária da Fiório Nascimento Indústria e Comércio de Produtos Alimentícios e ocupa o cargo de vereadora na Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim-ES, a única mulher eleita naquele mandato.

O pai era marceneiro e a mãe era dona de casa e ajudava na empresa da família. Os pais sempre incentivaram as filhas a participar ativamente de qualquer atividade que se envolvessem. Foram criadas dentro da religião cristã. Renata frequentou o Bernardino Monteiro, Cristo Rei, Imediato e Guimarães Rosa, todas escolas de níveis fundamental e médio. Desde nova, define-se como uma criança e adolescente argumentadora, que tomava liderança em várias ações, em suas palavras: “Eu sempre fui líder de turma. Eu era a mais atirada para resolver problemas, para ir na direção, levava estandarte da banda. Se era para fazer coleta de doativo na rua, era eu que ia. Procissão, eu era Nossa Senhora, então eu sempre fui muito atirada e sempre fui muito argumentadora.”

Após o término do ensino médio na escola Imediato, o pai, Paulo Danilo Fiório, vendo essas características da filha, sugeriu que cursasse direito, pois, é uma área que poderia abrir muitas possibilidades. Após tentar o vestibular de uma faculdade da cidade e não obter êxito, Renata acompanha a irmã em um vestibular no Rio de Janeiro e acaba passando para o curso de Direito, na Universidade Gama Filho, e se diz apaixonada na área que atua até hoje.

Na época que passou para o Rio de Janeiro a vida de Renata muda, principalmente pelo impacto de sair de uma cidade pequena, como Cachoeiro de Itapemirim-ES e ir para uma cidade grande. Em questão de locomoção, ela ressalta a diferença que viveu, pois, em Cachoeiro de Itapemirim-ES é possível se chegar à lugares

andando, fato que não se concretiza no Rio de Janeiro. A entrevistada afirma

A minha vida era muito em um “quadrado” [...]eu estudava no Cristo Rei ou Guimarães, o mais longe era o Imediato [...] quando eu fui pro Rio minha cabeça abriu. Até então eu não pegava ônibus, porque não tinha nem ônibus que fazia esse trajeto, era tudo a pé mesmo. Quando eu fui pro Rio, tinha que pegar dois ônibus para ir pra faculdade, ou ônibus e trem na Central do Brasil. Um ônibus que passava por dezoito bairros pra eu chegar no centro [...] Eu, uma menina que sempre tive uma vida a pé, então minha vida abriu para muitas realidades, entendeu? Eu entrei em projetos sociais da faculdade, tudo muito intenso na minha faculdade. Quando eu volto, é com essa visão de mundo grande, vendo outras necessidades.

A partir do contato com a profissão é que surge o interesse por política. Após o término da faculdade, no ano de 2000, Renata entra na EMERJ, na escola da magistratura, com o sonho de ser juíza, mas retorna à Cachoeiro por conta de um pedido de casamento, em suas palavras: “eu sempre quis casar e constituir família e não me arrependo em nenhum minuto. Hoje eu tenho a Isabela, com dezesseis anos e o Francisco, com dez anos e tenho uma vida estável”.

Seu contato com a política se dá por várias influências, principalmente por sua vivência em conselhos, faculdade e sua volta à Cachoeiro de Itapemirim-ES, em suas palavras:

Sempre militei na advocacia, fui secretária geral da OAB por dois mandatos, depois fui pro conselho da OAB. Sempre fui militante da defesa da advocacia, da melhoria da qualidade do ambiente de trabalho do advogado. Participei do conselho do PDM. Participei ativamente do movimento de

cursinho da Igreja Católica. Fui secretária geral do lar São João XXVIII. No ano de 2010 ou 2011, fizemos aqui em Cachoeiro um curso da Adesg (Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra) e a gente estudou política e estratégia e aí me despertou essa vontade de participar mais ativamente da solução dos problemas enfrentados aqui na nossa cidade quanto à implementação de políticas públicas e melhoria da qualidade de vida da população. O Luiz, meu marido, sempre foi envolvido nas causas ambientais e a gente sempre participou da política pública ambiental e a gente viu que se a gente não se envolver na política a gente é bem limitado nas organizações civis.”.

Fica evidente nas falas, que o curso desenvolvido junto com a Adesg foi um divisor de águas na ampliação da visão e participação política e o despertar de uma vontade de estar na política

O meu despertar veio da profissão e quando nós fizemos esse curso da escola superior de guerra que a gente percebeu que todo problema urbano ou rural, de implementação de políticas públicas tem solução. Precisa da comunidade se debruçar em cima dele e resolver.

O contato com partidos políticos se dá, primeiramente, através do curso de pós-graduação, onde foi convidada por um amigo a participar e conhecer o PSB (Partido Socialista Brasileiro). Renata conheceu, mas nunca se filiou, reclama que o partido nunca a convidou para reuniões. Reclama da desorganização dos partidos

Os partidos são eminentemente desorganizados. Essa eleição vai ser um

divisor de águas. Eles não se reúnem, não falam sobre si. É uma panelinha mesmo e, principalmente pra gente que é mulher aí é mais difícil ainda, porque eles nunca me chamaram pra nada e aí quando eu falei que eu ia sair e achei que estava filiado é que começou aquela corrida pra me filiar e eu saí.

Posteriormente, a partir do curso com a escola de guerra, Renata conhece o PSD (Partido Social Democrático), através de empresários, onde, efetivamente se filia e passa a construir o partido.

Em um momento que eu já estava me engajando em movimentos da cidade, a gente assumiu o PSD, o 55. Um partido que estou desde que assumi o mandato, desde abril de 2016. Conheci o partido e gostei muito do norte que o partido nos dá e aí ao invés de sair procurando novos partidos, decidimos estabelecer um contato de construção. E é isso que a gente vem fazendo. É um partido que nos dá muita liberdade, o PSD. A ideologia é de centro-direita. Uma ideologia que preza muito mais a liberdade econômica, a independência, mas que também tem princípios regidos de defesa à vida, de defesa da justiça social, de combate às desigualdades e de desburocratização, então eu me senti bem aqui porque era bem o que a gente queria para a nossa cidade.

Renata expõe que diferente de seu contato com o PSB, no PSD ela participou ativamente da construção, principalmente por engatar um mandato pelo partido. O processo de construção foi conjunta, mas a iniciativa partiu da Renata, no ímpeto de criar uma identidade partidária. “Eu busquei fazer reuniões, eventos partidários, fazer convenções, fazer reuniões para mulheres do

PSD, para gente aglutinar pessoas para construir um partido. O partido ainda é pequeno, mas a gente já tem uma ideia bem certa do nosso plano e o que queremos atingir“.

Aproveitando o tópico, foi perguntado à Renata se ela sente algum descaso dos partidos para com as mulheres.

Eu acho que não é só com as mulheres, não. É um descaso com a vida partidária e com as mulheres ainda mais porque quando as mulheres chegam, elas têm essa sede de participar, de organizar, de mudar aquele ambiente do “deixa disso” e a gente impõe algumas coisas que a gente não quer. Chega as eleições e fica nessa falsidade “tem que ter mulher”, não tem que ter mulher. Já tinha que ser normal isso, não tinha que ser 30%, tinha que ser normal ter mulher pra se candidatar, mas eu vejo que é muito mais fácil pra mim, que sou presidente do partido, sou vice-presidente da estadual, ter esse lugar de fala. O presidente sempre me chama para as reuniões. Eu sempre imponho que tenha reuniões [...] a gente sempre se reúne pra dar formação, informação, esse sentimento de grupo. O partido hoje é uma associação de pessoas prontas para participarem da vida política do município.

Renata assume o mandato de 2016, para a câmara municipal de Cachoeiro de Itapemirim-ES, com 1.247 votos, segundo dados do TER-ES. Neste mandato, dos 19 vereadores eleitos, apenas uma é mulher, a Renata. Durante seu mandato criou a ouvidoria da mulher, um dos grandes avanços para a cidade. Questionada sobre a maneira que fazia política, da forma como ela levava seus ideais para esse cenário de representatividade. Segundo a vereadora:

Eu fiz um planejamento estratégico, sobre o que eu queria implementar no meu mandato. Uma vez por mês deveria haver uma formação, cada ano haverá uma prestação de contas e um evento que fomente políticas públicas, que foi o Simplifica, a prestação de contas e um evento para a mulher [...] com a construção da ouvidoria, a ouvidoria assumiu esse destaque da mulher. Um evento partidário, uma vez por ano, aqui em Cachoeiro. A nossa missão virou desenvolver um trabalho ético, humano, dinâmico, inovador, que favoreça o crescimento de todos e é nisso que tenho pautado o meu trabalho.

A vereadora leva o tema da ética muito a sério no seu fazer político, de acordo com suas falas. Traz uma posição de humanização da política e tenta romper com a subserviência, de dever favores à população para que se reeleja. Sua preocupação, em decorrência de sua profissão, é que as leis venham bem explicadas.

Por ser a única mulher eleita, Renata fez algumas considerações

Eu me senti muito sozinha na câmara. Muito ruim você estar sozinha. Eu vi o seguinte, como eu vou conhecer e discutir política pública ou saber se está funcionando ou não alguma política pública, se a câmara está ascendendo se não tiver um ambiente para mulher, porque não é toda mulher que gosta de mim, mas elas só teriam a mim se quisessem reclamar com uma mulher. Eu “desfulanizei” meu mandato, entendeu? Pra defender a causa da mulher não tem só a Renata, tem a ouvidoria e aí toda e qualquer política pública pode chegar na ouvidoria desde que levada por uma mulher. É a visão da mulher no processo legislativo. Então, violência a gente tem estatística, participa do conselho da mulher pra lutar também pelas causas da mulher. Tudo que a gente pode

fazer pra incluir a mulher no processo a gente faz. Mas aí você vai falar “você só defende a mulher?”, não. A gente defende também a mulher, porque eu me sinto na obrigação de levantar essa bandeira por ser a única. Eu gosto muito de desburocratização, de liberdade econômica, de melhorar o ambiente de negócios da cidade. A legislação é muito rica para ela não ser tão discutida, ela vai ficar pra sempre[...] meu interesse sempre foi fazer esse trabalho ético, humano, dinâmico e inovador que favorecesse todos.

Como fica evidente, a política que a Renata leva para a Câmara municipal tem muito de seu traço legalista, principalmente na construção de políticas públicas. Por ser a única mulher exercendo o mandato na câmara, acabou levantando a bandeira da mulher. Perguntei como ela se sentia ocupando esse espaço predominantemente masculino

Então, eu cheguei na câmara [...] um ambiente muito masculino. Eu sempre fui muito brincalhona, abraçava todo mundo, então eu tive que me reservar um pouco, não por mim ou por meu marido, mas por eles, porque assim, a gente tem que respeitar o espaço do outro, eu não queria criar nenhum tipo de constrangimento pra ninguém. Eu nunca me vesti de modo extravagante, então não precisei adaptar minha vestimenta, mas eu sempre quis andar acompanhada, nunca atendi ninguém sozinha, porque eu não posso criar esse tipo de problema. Eu cheguei um dia na câmara[...] e falaram assim [...] “é, doutora, agora você vai ter que usar cinto de castidade” eu respondi “não, eu ganho um par de ferraduras, pode ficar tranquilo que não vou usar o cinto, vou usar a ferradura” nunca mais ninguém fez nenhuma piadinha comigo. Sempre foi um ambiente muito

respeitoso, nunca me senti desmerecida pelos meus companheiros, muito pelo contrário. Todos me respeitam muito “nossa, como você está bonita hoje, com todo respeito”. A ouvidoria foi um ganho muito importante, pois, onde a gente pode incluir mais mulheres, então, fica acessível. Eu, enquanto mulher na política, nunca me senti diminuída. Eu me senti sozinha, mas nem por isso deixei de aprovar legislações importantes para as mulheres [...] sempre me senti muito à vontade para propor. Nunca cortaram minha fala, nunca falaram enquanto eu estava falando. A gente já viu isso acontecer em muitos lugares. A mulher começa a falar e todo mundo vira as costas. Eles sabem que se isso acontecer eu prontamente chamaria atenção”.

Renata brinca, falando de companheiros de trabalho que propuseram novas legislações que abarcam a bandeira das mulheres, como foi o projeto de lei 14/2019 do vereador Alexandre Maitan (Atualmente do Democratas), que prevê a criação de um programa de prevenção ao assédio em transporte público. A vereadora faz uma reflexão de que, talvez, se ela não estivesse naquele espaço batendo constantemente nessa tecla, esse projeto não existiria e que ela fica muito honrada pela iniciativa. Refletiu também sobre a parte física do prédio, onde o banheiro não havia tampa nos sanitários, pois, não havia mulheres ocupando esse espaço. Pequenas, mas significativas mudanças começaram a ocorrer com o mandato de Renata.

Apesar de afirmar que nunca foi desrespeitada durante seu mandato, salvo o comentário sobre o cinto de castidade, que revela a mentalidade social das pessoas, como se a conduta sexual da mulher estivesse em pauta durante seu mandato. Quando questionada sobre a internet, sobre suas mídias sociais, e se houve

algum tipo de ataque vindo diretamente da sociedade, responde

Ah, recebi. Até de mulheres, né? Tem muitas mulheres que não acham que eu sou a representante delas, porque minha bandeira não é aquela feminista, de abominar o homem. Eu só quero o espaço da mulher. Os homens podem ocupar o espaço deles. Eu tenho que ocupar o espaço da mulher, o máximo de espaço que eu puder ocupar. Então tem mulher que fala da minha roupa, que fala do meu cabelo, chama de gorda. Tem umas que falam que eu não fiz nada pela comunidade delas[...]. Tem muita mulher que não me acha a representante delas [...] isso me deixa preocupada em como melhorar pra agradar enquanto político, porque o político quanto mais gente ele representar mais virtuoso é o mandato dele. Então eu quero muito conseguir compreender o anseio daquela pessoa. Se eu puder atender ou não, é outra coisa.”

Por saber da cobrança social que recai sobre mulheres que participam da vida política, perguntei como era a relação da família com a vida política de Renata, se havia alguma cobrança por parte deles e até mesmo por parte dela:

É complexo, porque eu tinha uma vida já ocupada e eu incluí a vereança e me ocupou um pouco mais porque eu fui muito dedicada, sabe? Eu quis ser a vereadora mesmo, mas não a vereadora de ficar na rua atrás de obra do executivo, mas ser propositiva, eu estudei muito a vida do município, até porque minha meta era nessa eleição (2020) ser candidata a prefeita, dentro do projeto de Renata prefeita em 2020, perpassou entrar pelo legislativo em 2016, pra gente aprender de fato o exercício da política na câmara de vereadores que

começa mesmo e a família sofre. Eu tenho um menino de 10 anos, a Isabela de 16, a vida deles é em função da minha agenda, entendeu? [...] Graças a Deus meus pais moram perto e me apoiam [...] meu marido gosta de política, então sempre que ele pode me acompanha e incentiva e no fim eu vejo que é necessário as crianças entenderem a necessidade da boa e correta política, da arte do diálogo (NASCIMENTO, Renata. Entrevista concedida em 16 de outubro de 2020).

Renata ressalta que por vezes, em decorrência do seu cargo, precisa conciliar o exercício da sua vida familiar, a fim de atender a demanda da população, mas ressalta que sua família se mostra solícita em ajuda-la no dia a dia, principalmente com seus pais. Termina sua fala deixando uma mensagem para as mulheres que pretendem ascender politicamente:

A democracia precisa que a gente participe da política, a gente mulher. Do contrário ela não é verdadeira, não vai ter um lado, sabe? E a gente precisa emprestar, nesse momento de formação do Brasil, uma pessoa de 30 anos não viveu tudo que tinha que viver, ela está crescendo ainda, entrando em um período de maturidade. Se a gente comparar com a vida de uma mulher ela ainda pode engravidar, gerar muitos bons frutos, ela ainda está na formação. É isso que a gente precisa emprestar para a política: todo nosso vigor e experiência de vida, aí veremos a verdadeira democracia no Brasil, quando estiver equilibrado a participação da mulher e do homem

A ocupação de Renata no legislativo de Cachoeiro de Itapemirim-ES, foi suficiente para a criação de políticas públicas e projetos de leis que favoreceram muitas mulheres na cidade, por mais

que, nas falas de Renata, “essas mulheres não se sintam representadas por ela”. Renata afirmou que uma agenda feminista não compõe seu mandato, mas como única mulher, representou essa parcela da população em seu mandato.

Atualmente Renata está em campanha, como candidata ao cargo de executivo, Prefeita, pelo partido PSD, um projeto que se iniciou desde o ano de 2016, quando se lança para a Câmara Municipal.

Claudia Mileipe Festa Lemos²

Claudia nasceu em Mimoso do Sul, filha de um gráfico, Willian Festa e de uma professora, Helenita Mileide. Aos nove anos de idade a família se muda para Vila Velha-ES. Estudou no colégio de irmãs, o São José, onde participava de várias ações voluntárias de entregas de mantimentos, onde, segundo a Claudia foi um contato primário com as desigualdades sociais e onde surge o estímulo de ajudar o próximo. O esporte também foi importante nesse processo. Além disso, a família sempre teve um contato muito próximo e de envolvimento com a religião católica.

Aos vinte anos de idade Cláudia se casa e volta para Cachoeiro de Itapemirim-ES, no distrito de São Joaquim, Distrito rural, onde estabeleceu moradia e teve três filhos. Conclui, neste período duas graduações, de Letras, pela Ufes e de Direito, pela FDCI de Cachoeiro de Itapemirim-ES, que começa a cursar posteriormente. O curso de Letras veio da vontade de ser diplomata e fazer o concurso do Instituto Rio Branco, plano que sofre alteração com o casamento e a mudança para um novo município. Com o nascimento dos filhos, a carreira ficou ainda mais

em segundo plano. Segundo Cláudia “Eu acabei engravidando [...] eu falei “bom, já que eu estou grávida e não tenho com quem deixar meus filhos, eu vou logo ter meus filhos e cuidar”. Eu trabalhava com meu marido na serraria, nos negócios dele e tive meus filhos”

Após o nascimento de seu terceiro filho é que o direito entra em pauta. Relata a vontade de fazer um concurso e constante qualificação, seja por cursos e até mesmo pós-graduações. É notório observar a vontade de qualificação presente na fala de Cláudia.

Ao se perceber em um ambiente, com estruturas físicas de acesso aos recursos da cidade escassos, Cláudia inicia um engajamento na construção de melhorias de sua localidade, São Joaquim. Um dos pontos levantados foi a falta de ônibus para a população local, que não tinha consciência de seus direitos.

Eu me envolvi porque os meninos eram amigos dos meus filhos, eu vi as vezes um menino chorando com dor de dente e eu achava aquilo um absurdo porquê [...] não usava um fio dental, não tinha uma escovação adequada e aí eu comecei a falar com eles que eles precisavam cuidar. Eu vinha na prefeitura e pedia trailer odontológico aí eu, por ter conhecimento com as autoridades da cidade, com prefeito, né. Eu era vizinha do José Tasso e da Marcia na praia, lá em Guarapari. Aí eu ficava pedindo a eles, ficava querendo melhorar. Eu não me conformava de lá não ter mais linhas de ônibus para as pessoas poderem estudar, poderem ter mais oportunidade de trabalho. Arrumamos uma reunião com a Flecha Branca, orientei o pessoal, montamos uma associação de moradores, organizamos a comunidade e aí as pessoas me convidaram pra ser candidata.

² LEMOS, Claudia Mileipe Festa. Artigo 10 da lei 9504/97: relevância e contradições no ingresso de mulheres na política em Cachoeiro de Itapemirim-ES, no período de 1992 A 2020. Entrevista concedida a Yasmim Speroto Giro, Cachoeiro de Itapemirim, 2020.

A partir desse contato com a comunidade e por pedido deles é que a vida política de Claudia se inicia.

O próprio povo de lá sentiu em mim uma confiança e me pediu pra ser candidata [...] quem não tinha título começou a tirar o título de eleitor. Eu comecei a fazer algumas reivindicações, nós conseguimos aumentar o horário de ônibus, né. [...] Nós não tínhamos absolutamente nada lá e aí nesse envolvimento com a política, me chamaram pra ser candidata, eu não sabia nem como era ser candidata, eu mandei fazer um santinho, podia pendurar uns banners e saia todo dia. Eu peguei a caminhonete do meu marido, coloquei uma escada em cima. Eu, que era catequista, o ministro da palavra, o outro que era do batismo e a outra que era da crisma, e a gente saia e ia pedindo voto.

É notório observar a participação da comunidade em sua candidatura. Claudia sempre ressaltou que seu mandato partia do pressuposto do empoderamento do coletivo, principalmente quanto aos seus direitos básicos, como o acesso das crianças à educação, que ficava restrito devido à falta de ônibus no distrito, tanto que, em suas palavras destaca “minha entrada na política ela nasceu de um anseio de uma comunidade que confiou e viu em mim uma oportunidade de eles crescerem e conhecerem seus direitos”.

Observa-se um apelo emocional e um orgulho latente muito presente nas falas de Claudia ao se falar de seu distrito, bem como uma tristeza ao relatar da situação de abandono que São Joaquim se encontra atualmente. O abandono é uma reclamação que ainda ouve dos seus conterrâneos, bem como o pedido de retorno à vida legislativa da Câmara Municipal, após os 12 anos de pausa. Após esse período, ela retorna concorrendo como deputada e

assume como suplente, perde a próxima eleição e agora concorre como vereadora em Cachoeiro de Itapemirim-ES novamente. Ela entende a política como “um instrumento muito eficaz e você fazer a transformação da sociedade. É uma ferramenta poderosa, você faz uma revolução com ela. Só que ela precisa ser bem usada”.

Bate muito na tecla da necessidade de formação e conhecimento sobre os trâmites burocráticos que ocorrem na Câmara para que se faça um trabalho bem eficiente, principalmente quanto ao papel do vereador, que é o legislador da cidade e o fiscalizador do executivo. Para Claudia, a conscientização da população deveria ser o ponto chave na mudança política, principalmente quanto à venda de votos. Defende que haja uma via alternativa de renda para que as pessoas não dependam de política para sobrevivência.

Claudia ocupou cargos como secretária municipal de Cachoeiro, Secretária de ação social, trabalho e habitação em Marataízes, foi subsecretária de esportes, conselheira da mulher, conselheira da juventude, onde implementou uma série de políticas públicas, além de participar dos conselhos da cidade. Sobre o conselho da mulher ressalta “Pela minha própria condição eu sempre participei de todo engajamento em torno desse empoderamento feminino, da participação da mulher na sociedade, das dificuldades que a mulher tem, da questão da Maria da Penha, enfim...”.

O tema da justiça social, na questão das oportunidades é uma fala sempre constante em seu discurso.

Além dos cargos já citados, ela também assume como diretora-geral do Inmetro. Onde faz uma consideração importante:

Um desafio, porque é um ambiente estritamente técnico e masculino. Eu ainda

falei assim “isso é pegadinha”, porque a mulher ela não basta ser competente, ela tem que provar que ela é competente, e eu aceitei esses desafios justamente para mostrar [...] eu sempre procurei dar o melhor de mim para ser um referencial, porque eu não estou aqui como a Claudia, eu estou aqui como uma mulher. Eu estou representando as mulheres, então nós precisamos ter essa identidade de que nós estamos aqui. Minha postura é uma postura que reflete no gênero de alguma forma, então a gente tem uma responsabilidade muito grande. Você as vezes escuta alguém falar “ah, eu gosto de trabalhar com mulher, porque mulher é mais dedicada”, eu já escutei gestor falar isso comigo, “mulher é organizada, dedicada. Eu gosto de trabalhar com mulher porque mulher é mais honesta”. Por que a mulher é mais organizada e dedicada? Primeiro, que se ela não se dedicar o homem vai pegar o lugar dela, vai ganhar mais que ela e ela ainda está acostumada a aguentar caladinha, aí quando vê, ela já está lá em cima.

Sobre a questão da organização, relata a época em que tinha que dar conta dos afazeres domésticos e da criação dos filhos enquanto estudava e trabalhava. Um desafio e ressalta “se você não tiver organização na sua vida, você não dá conta. Então a gente nasce tendo que ser organizada”.

Em especial, uma fala chama atenção, quando a Claudia diz que “nós mesmas criamos, às vezes, os homens errados pro mundo. Porque a culpa é nossa, das mulheres, nós que somos as mães. Não tem filho sem mãe, tem filho sem pai, mas sem mãe não tem não” (LEMONS, Claudia. Entrevista concedida em 20 de outubro de 2020). Conceito já discutido por Coelho e Baptista (2009, p.87), no qual a educação moral passa a ser uma tarefa exclusivamente feminina em nossa

sociedade, portanto, o fracasso ou sucesso dos filhos também está vinculado a figura feminina.

Quando entramos no tema dos partidos políticos, até então não comentado, iniciou-se uma fala sobre o atual cenário político do Brasil, em questão de polarização, principalmente nas figuras de Lula e Bolsonaro e sobre como os partidos políticos viraram um negócio lucrativo.

Isso é muito interessante porque há uma discussão agora novamente de ideologia esquerda e direita. O Lula e o Bolsonaro trouxeram essa discussão da esquerda e da direita, né? A gente viva na cidade e aqui na cidade as pessoas ficam fazendo essa discussão nacional que não traz ganho nenhum pra nós aqui e as pessoas se perdem um pouco nisso. O que é ser de esquerda e o que que é ser de direita?

Note-se um afastamento dessas discussões de ideologias por parte de Claudia, tendendo a não se colocar como X ou Y. A explicação sobre as diversas correntes identitárias políticas culminaram na fala sobre a forma que Claudia acredita que deva ser a política

Eu acredito que precisamos de uma economia forte e pujante. Eu não acho que o Estado é mais importante que a pessoa, a pessoa é mais importante. O Estado existe para servir a pessoa. Nós precisamos ter uma economia forte e pujante para que você possa ter acesso a qualquer tipo de oportunidade de trabalho. [...] Eu acredito que a gente precisa de ter uma sociedade organizada, uma economia... “ah, Claudia. Você é capitalista?” eu acredito no capitalismo. Eu acho que você precisa ter uma economia forte, [...] mas eu acredito também que precisamos ter o cuidado e o Estado tem uma responsabilidade com o outro, então, eu não gosto de extremos. Tem

esse negócio de centro...Centro pra mim, é em cima do muro. [...] Se eu sou social democrata? Eu acredito na democracia.

Ela fala das desigualdades sociais e do governo como um instrumento de mudanças e sobre a deturpação de conceitos como direitos humanos, tidos, pelo senso comum como pauta de “esquerdista”. Como exemplo de comprovação de seus argumentos de que a discussão nacional não cabe a âmbito municipal, cita o partido PSL (Partido Social Liberal), antigo partido do Bolsonaro, tido como esquerda, coligado com o partido PSB (Partido Socialista Brasileiro), do Renato Casagrande.

Por sua proximidade com José Tasso e sua esposa, Marcia, é que Cláudia tem seu contato com seu primeiro partido político, a pedido da amiga. O partido era o antigo Partido da Frente Liberal (PFL), agora conhecido como o Democratas (DEM). Participava das reuniões, mas viu que o seu partido não compunha seus interesses políticos. Posteriormente foi para o PSB (Partido Socialista Brasileiro), PRB (Partido Republicano Brasileiro) e atualmente se encontra no PDT (Partido Democrático Trabalhista).

Conta que sua passagem pelo PSB foi muito rica em questão de formação, mas que suas possibilidades de eleição pelo partido não eram mais palpáveis, devido ao seu crescimento no Espírito Santo, em suas palavras “O PSB foi onde eu mais aprendi. É um partido muito ativo em formação de conteúdo, só que o partido aqui no Espírito Santo cresceu de tal maneira que você começa a procurar, ou você faz uma militância partidária ou você faz uma candidatura com real chance e potencial de ganhar a eleição.

A escolha do PDT (Partido Democrático Trabalhista) se dá, nas palavras de Cláudia, porque “o partido está se isentando dessa discussão esquerda e direita” (LEMOS, Cláudia.

Entrevista concedida em 20 de outubro de 2020). Fala também das figuras históricas, como o Brizola e da reorganização que o partido vem propondo. Para além dessas discussões, eu perguntei sobre se ela percebia alguma forma de desvalorização de candidaturas femininas e se ela observava mulheres em cargos de poder dentro dos partidos. Em relação à última pergunta ela pontua

Como eu estou há 20 anos, eu vejo isso mais recente, de uns quatro anos pra cá, cinco, no máximo, é que começou essa onda de ocupação de espaços, de paridade, de gênero. Muito mais uma forma de eles estarem “politicamente corretos”. Isso também se deve a um percentual da população que cada dia mais está se qualificando se apoderando de conhecimento, sendo mais participativo no processo, não só no eleitoral, mas de construção da sociedade. Porque antes a mulher ficava lá em casa e o homem que saía pra debater política.

Em especial, a resposta para o primeiro questionamento, se ela nota um desprestígio em candidaturas femininas chama atenção

Isso tinha, tinha muito. Eles querem mulheres que não concorram com eles, que não ganhem deles nas eleições, que ocupem a vaga deles, o mandato deles. Eles querem mulheres que não ocupem cargos, mesmo que sejam qualificadas. Quem ocupa os cargos são os homens, elas ficam em segundo escalão, que ganham menos e fazendo o serviço, às vezes, de quem está lá na cabeça. Isso existia, isso existe ainda, cada dia menos. Eu particularmente consegui romper isso. [...] Eles querem que a gente some para eles, mas não querem que a gente ocupe o espaço deles

A questão dos partidos políticos, no sucesso e no fracasso de candidaturas femininas é uma pauta que a Claudia tem muitas considerações e ressalvas, principalmente por sua experiência na política. Destaca que

Os partidos e principalmente os dirigentes partidários precisam ter responsabilidade. Eles estimulam e uma mulher que acaba entrando para a política, é aquela liderança comunitária, alguém que teve um destaque. Quando ela tem um preparo, e quando eu falo em qualificação eu não estou desmerecendo quem não teve a oportunidade de estudar, mas quando você já tem um emprego, um estudo, uma forma de se manter e um entendimento maior é mais fácil. Eu acho uma covardia o uso das mulheres propositalmente para serem "laranjas". É um desmerecimento com elas. Às vezes, elas têm 15 votos porque eles precisam cumprir cotas, eles estimulam e massageiam o ego delas como se elas fossem realmente ser oportunizadas. Então é uma covardia por parte deles e uma inocência muito grande por parte delas que não tem conhecimento.

Ressalta que além de todos os afazeres domésticos que são delegados às mulheres, aliado ao descaso dos partidos, fica quase impossível alavancar uma disputa política justa, principalmente porque financeiramente a verba do fundo partidário é destinado a promover candidaturas masculinas, sobrando apenas a função de cobrir as cotas para as mulheres.

Conta também que os cargos que já ocupou em diversas secretárias foi também uma forma de se colocar como mulher que tem competência em ocupar cargos e espaços de poder.

Quando começamos a conversar sobre a presença de mulheres na Câmara Municipal de Cachoeiro, fica nítido observar que as barreiras

no acesso à política são materializadas em estruturas físicas. Claudia relata do banheiro, uma queixa presente em várias entrevistas. Com apenas uma dependência sanitária, sem separação por gênero, acabavam rolando alguns desconfortos, até que Claudia reclama com seus companheiros e o presidente da Câmara instala um mictório.

Em relação ao tratamento que recebia dentro da câmara, ela ressalta que não é um ambiente fácil, principalmente no âmbito das discussões, mas pontua "O debate é intenso, a briga é feira [...] é de igual pra igual. Uma disputa de espaços muito grande. Eu sou uma mulher bem resolvida. Empoderada da minha condição e eu tenho argumento. Então eu não sofri"

A postura do qual ela se refere não impede o machismo de acontecer, é uma forma de resposta a ele. O machismo é perpetuado nessa instituição, bem como pela sociedade. Conta de um episódio no qual um vereador fez um comentário machista, que posteriormente se desculpa. Para Claudia há uma intimidação por parte dos homens quando sentem que alguma mulher pode ocupar um espaço que ele julga ser seu.

A família sempre a apoiou em sua carreira política. O marido, quando Claudia assume o mandato, recebe uma carta anônima dizendo que ele deveria tomar cuidado, pois, o Prefeito da época, era muito mulherengo. Quase uma maneira de dizer que lugar de mulher não é na política. Na opinião de Claudia, as mulheres, a primeiro momento, têm um preconceito maior do que os homens. A suposições de possíveis casos com outros vereadores, pelo fato de ela ocupar os mesmos espaços em condições de igualdade à deles, aconteciam. Uma forma de desqualificá-la. Mas, segundo Claudia, ela sempre se colocou em posição ativa quanto seus posicionamentos.

Sua forma de fazer política perpassa por diversas agendas que compõe a vida de Claudia. A educação e sua inovação, a questão ambiental, saúde, idosos, mulher, proteção de animais e esporte, são algumas delas. Sobre as várias áreas de defesa destaca que

Quando você de bandeiras, eu acho tão engraçado, eu acho que a gente tem que ser representante dos anseios da população, das necessidades da população. [...] Quando falam de bandeiras eu acho que a maior bandeira que a gente pode ter é você estar preparada para defender a causa que as pessoas estão precisando

Atualmente, Claudia concorre novamente ao cargo de Vereadora, pelo PDT (Partido Democrático Trabalhista), é oficial de justiça e espera poder ser a representante que levará os anseios da população à Câmara Municipal.

Joana D'arc Caetano³

Nasceu em Cachoeiro de Itapemirim-ES, na periferia da cidade. O pai era funcionário público, motorista da prefeitura municipal e a mãe era dona de casa.

Com uma família numerosa com seis irmãos, Joana desde cedo ajudava a mãe no serviço que conferia uma renda extra para a família: lavar roupa para fora. Conta que a escassez fazia parte da rotina. Concluiu o ensino fundamental na EMEB "Prof. Florisbelo Neves" e Eefm "Presidente Getúlio Vargas". Concluiu o ensino médio através do CEEJA.

³CAETANO, Joana D'arc. Artigo 10 da lei 9504/97: relevância e contradições no ingresso de mulheres na política em Cachoeiro de Itapemirim-ES, no período de 1992 A 2020. Entrevista concedida a Yasmim Speroto Giro, Cachoeiro de Itapemirim, 2020.

Durante infância e adolescência, Joana teve um contato muito próximo com as CEB's, Comunidades Eclesiais de Bases. Teve uma formação religiosa dentro da Igreja Católica. Pontua que "Depois que eu fui tomando parte nas CEB's [...] eu sempre me senti atraída pelo lado mais revolucionário da Igreja, que não se conformava com as injustiças sociais". Além do contato com a Igreja, o contato com os movimentos estudantis foi significativo para sua formação.

Seu avô, Pedro Reis, militante do Partido Comunista (PC do B), foi um dos membros fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT) em Cachoeiro de Itapemirim-ES, além de ser o primeiro candidato à vereador pelo partido. Observando toda militância de seu avô, quando maior, Joana se filia ao partido e passa a ter uma vivência ativa, participando de congressos, ocupando cargos dentro do partido.

Ocupou cargos em Centros Acadêmicos na São Camilo e na FDCI, no movimento sindical e do partido. Foi secretária de cultura e ocupou a pasta de serviços técnicos pedagógicos na secretária de educação, por sua formação em ciências sociais. Atualmente é professora da rede estadual de ensino.

A filiação no Partidos dos Trabalhadores foi em 1993, através de fichas de papel. Neste período, houve uma enchente que pôs fim a todos esses registros. Por isso, em 1996, Joana renova sua filiação. A partir do diálogo sobre o descaso dos partidos em candidaturas femininas, destaco a fala

Tem, inclusive nos partidos de esquerda. No PT nós conseguimos evoluir bastante. As mulheres lutaram, e conseguimos, inclusive nas participações de seminários, de conferencias, que as mulheres tivessem lá um mínimo de estrutura por exemplo, com

creches, animadores infantis contratados, para levar os filhos e participar desses encontros do partido. Já foi uma evolução, mas ainda é muito pouco, porque a mulher ela acaba ficando sobrecarregada de funções, as funções domésticas, do cuidado dos filhos, do cuidado de tudo, né? Então precisa ter essa visão mais sensível em relação à participação da mulher na política, porque essa questão da lei é importante, só que não adianta colocar só a lei e não dá suporte para as mulheres participarem, aí fica um problema que nós vemos aí todos os anos, um monte de candidaturas chamadas de “laranjas” para ocupar o espaço e garantir a participação dos homens.

Sobre a lei 9.504/97, faz uma série de ressalvas

A lei, ajuda, mas não garante a equidade na participação feminina na política. Nós precisamos fazer uma reestruturação na formação desde lá da escola, dos grupos sociais, incentivando a mulher a participar... porque a lei ajuda, mas não garante. O que precisamos fazer? Incentivar jovens a participarem de grêmios estudantis, por exemplo, já é uma participação política dentro da escola e aí nosso imaginário popular é que desde criança.

A discussão dos suportes que deveriam existir para garantir a aplicabilidade da lei, perpassa uma falta de cobrança dos partidos políticos. Joana diz que o Partido dos Trabalhadores se preocupa com essa questão e que dentro do partido existe um aporte, recente, apenas para cuidar de candidaturas femininas.

Dentre as bandeiras que Joana leva para a política, seu entendimento é que deve “Haver um conjunto de políticas públicas de todas as áreas que se entrelaçam e que possam fazer com que a

pessoa, o cidadão contribuinte tenha uma vida plena e em abundância.”.

Alguns pontos desse conjunto de políticas são a educação, cultura, lazer, a bandeira da mulher, o trabalho e a segurança.

A participação da mulher é importante [...] pois a mulher tem um olhar sensível para a área social. Nós precisamos ocupar cada vez mais espaço, não só na política, mas em todos os espaços, a mulher precisa ocupar seu lugar. Vivemos em um país patriarcal.

Para ir ao encontro de sua fala, deu o exemplo da atual campanha à prefeitura, onde, em sua visão, em alguns momentos, quando se apresenta vê indiferença nas pessoas, ao passo que quando apresenta seu vice, um homem, esse olhar muda.

Joana participou de diversas eleições e assume o cargo de vereadora, como suplente, durante o segundo biênio, na Câmara Municipal, após a saída de uma vereadora que teve seu mandato cassado, em 2010. Em sua percepção

Nessa época que eu estava lá, eu fiz essa cobrança, pois o espaço físico da Câmara estava sendo reformado e eu reivindiquei que tivesse um banheiro feminino, adequado para as mulheres. O espaço era totalmente masculino, inclusive no banheiro não tinha o vaso adequado para a mulher [...] e um dia desses eu fui lá e percebi que não mudou muita coisa. Continua do mesmo jeito, um ambiente masculinizado, embrutecido, no sentido do ambiente mesmo, porque foi preparado pro homem ocupar esse espaço.

Em uníssono com as outras vereadoras, também afirma ter sido muito respeitada e coloca sua postura como ponto chave.

Eu sempre fui muito firme na minha postura ideológica, então, fui muito respeitada durante esse período que ocupei, por conta da minha posição ideológica. Alguns teciam alguns elogios como se a gente fosse um “vasinho de mesa”, de flor, para enfeitar a mesa, né? “Ah, chegou para enfeitar e mesa, né?” não chegava a ser uma indelicadeza, mas era até de forma elegante que eram tecido os elogios, mas a mulher não é vista como se fosse ocupar um cargo e fazer valer ali o seus ideais e é assim que muitas pessoas olham a mulher, como um apêndice, talvez, do homem, um complemento.

Socialmente, principalmente em redes sociais, Joana afirma ter visto uma animosidade quanto às suas candidaturas, nota que muitas mulheres participam desses comentários que desprivilegiam candidatas.

Joana é casada, tem dois filhos e um neto. Relata que dentro do âmbito familiar sempre recebeu apoio e que nunca foram um obstáculo em sua vida política. Atualmente Joana concorre, nas eleições de 2020, como candidata à prefeita.

Regina Travaglia⁴

Filha de Amâncio Travaglia e Olivia Patra Travaglia, ambos lavradores. Nasceu em Cachoeiro de Itapemirim e cresceu no bairro Paraíso, na época, considerada zona rural, conta que tinha uma vida simples. A família sempre foi muito religiosa e a religião foi um dos pilares na educação de Regina. Participava ativamente da Igreja Católica, ocupando cargos na catequese,

⁴TRAVAGLIA, Regina. Artigo 10 da lei 9504/97: relevância e contradições no ingresso de mulheres na política em Cachoeiro de Itapemirim-ES, no período de 1992 A 2020. Entrevista concedida a Yasmim Speroto Giro, Cachoeiro de Itapemirim, 2020.

grupo jovem e perseverança. Estudou no bairro, em uma escola unidocente e posteriormente, estudou na escola que ficava onde hoje fica o Centro Operário da cidade.

O esporte entra na vida de Regina através da educação física, na escola. Praticou o atletismo, handebol e voleibol. Conta que se achou na prática do voleibol, participando de jogos estudantis pelo time do Liceu, escola que frequentou no ensino médio. Começou a trabalhar em uma empresa de carga e passageiro da cidade, onde também participava o time.

Conta que o voleibol foi importante para sua vida, pois, foi a partir do esporte que se sentiu incluída, principalmente por ter 1,85 de altura, que pelo esporte, deixa de ser um fator de exclusão na adolescência e passa a ser um fator de favorecimento. Graduou-se em História, pela faculdade Madre Gertrudes de São José. O período da faculdade foi quando se colocou em contato maior com movimentos sociais, principalmente o movimento estudantil.

Teve seu primeiro contato com o PC do B, a partir disso, entra em vários partidos, como o PMDB, PSDB, PT e se elegendo como vereadora pelo PSDC. Quanto à formação oferecida por partidos ressalta sobre o PT e os outros partidos que

O processo de formação é capenga, o único que tem um processo de formação forte é o PT, porque ele teve que cavar, vamos dizer assim, teve uma luta maior pra chegar ao poder, então ele tem um grupo de formação bom. O PMDB também... Os grandes partidos têm uma equipe de formação nacional muito boa que chega nos municípios e hoje com a internet então tudo quanto é tipo de curso.

Quanto ao possível desprivilegio em candidaturas femininas Regina destaca

Não desprivilegia a mulher, não, pelo contrário, os partidos lutam muito para que haja os diretórios municipais das mulheres, então é uma luta muito grande porque nem pra formar o diretório as mulheres querem. Hoje, eu sou do PNM mulher, então, a luta que eu estou tendo pra trazer mulheres para fazer parte do partido é gigantesca, para fazer parte do diretório, nem se fala. Elas não querem, acham que o diretório vai ser uma responsabilidade de ser candidata. Um medo enorme quando se fala de candidatura. A mulher é insegura. Acontece que os partidos tem que ter a cota de gênero, que acaba sendo a cota das mulheres, vulgarmente sendo chamada de cota das mulheres, exatamente por isso, porque as mulheres não se lançam e os partidos ficam loucos correndo atrás das mulheres. [...] Não acho que os partidos desprivilegiem as mulheres. As mulheres não tem como prioridade a questão político partidário na vida delas. [...] Nós somos muito boas, enquanto participantes da comunidade, quando arregaçamos a manga para trabalhar na igreja, na associação de moradores, em presídios tem mulheres se destacando, temos mulheres se destacando como mãe, dona de casa, em todos os tipos de trabalho [...].

E faz uma observação interessante quanto a lei 9.504/97

Eu não discuto lei. As leis são feitas pra melhorar a vida do cidadão e da cidadã de modo geral. O problema é como se aplica [...] então quando eu vejo lei de cotas dentro da universidade... o que é cota dentro da universidade? Não é pra disputar a vaga, a vaga já está lá para ocupar [...] só que em

política não é cota, é gênero [...] seria muito interessante se a coisa fosse muito melhor situada se a mulher tivesse nas cotas realmente cadeira dentro das câmaras... aí sim, acho que seria uma arrancada inicial nessa falta de vantagem, nessa questão de não querer participar da mulher, seria uma grande evolução.

Regina acredita que o sistema bipartidário, característico da Ditadura Civil Militar (1964-1985) favorecia o ingresso de pessoas na política, principalmente, por afinidade ideológica, já que para ela, no sistema pluripartidário que vivenciamos atualmente, a parte ideológica fica dissipada e isso, em sua visão, não favorece a entrada de mulheres na política. “Se fosse na época, entre Arena e MDB, eu diria que seria MDB” conta. Regina também defende que a polarização crescente no Brasil é outro fator de distanciamento das mulheres com a política

Hoje no Brasil com mais de 40 partidos, eu perco até a conta, as pessoas não fazem noção do que chamam de direita e esquerda. Não existe essa polarização do Brasil, pulverizou muito. As pessoas perderam a identidade política. Perderam o entusiasmo pela política. Nisso, os homens se dão melhor, se adaptam melhor a essa selva, vamos dizer assim, né [...] e a mulher se vê prejudicada nesse aspecto. É um movimento muito rude, ditado por homens como a gente está falando então a representação feminina é pequena, então o mundo é visto pela ótica masculina, o mundo político, é normal que seja assim porque não estamos dentro [...] hoje a gente percebe as mulheres menos entusiasmadas que antes, isso tudo vem acarretando o desânimo das mulheres em se lançar na política.

Chamou-me atenção a fala sobre as mulheres não se interessarem por política e perguntei o porquê de ela ter essa percepção, quais eram os fatores atribuídos, além da polarização política já elencando posteriormente

É, a mulher ela consegue tomar conta da criança, fazer comida, se maquiar, pentear o cabelo, correr no banheiro... tomar conta de um monte de coisa, não é o perfil masculino. A gente já tem isso em estudos psicológicos, estudos da mente, isso já está definido. Então eu até li um livro que é “mulheres são polvo e homens são cobra”, no sentido de a mulher ter vários tentáculos, tomar conta de várias coisas ao mesmo tempo e o homem ele foca em uma coisa, ele vai para o trabalho, cumpre aquela regra lá de trabalhar e tudo mais e vem pra casa. Hoje que estamos vendo um pouquinho mais de mudança na sociedade, mas não é tão significativa na questão de divisão de tarefas e a mulher ainda é muito sobrecarregada [...] as mudanças são muito tímidas. [...] a sociedade é paternalista, é machista, não tem outra forma de falar... é paternalista e machista, aí a gente vê essa participação tão pequena, a mulher tímida e muitas vezes a gente vê muitas mulheres eleitas tímidas dentro da câmara também.

Comenta sobre suas viagens para países desenvolvidos e nota diferença no quantitativo de participação feminina, nota que as mulheres aparentam ser mais firmes em posicionamentos e no embate. Muito por sua experiência na câmara, ela ainda destaca um ponto importante na discussão

Na hora que você está dentro de uma câmara de vereadores, em que a maioria esmagadora são homens, você tem que se desdobrar porque você vai sofrer

perseguição lá dentro, por isso que grande parte das poucas mulheres que foram eleitas perderam o mandato, porque a pressão é enorme, a disputa é desigual, quando você está lá dentro. Mas a mulher a cada dia se interessa menos em fazer parte da política. [...] A realidade é que um mundo corporativista, um mundo masculino.

Sobre seu contato com a câmara de vereadores quando foi eleita e assume no ano de 2005, fala desse contato

Eu acho que a mulher tem que fazer seu espaço onde estiver. [...] Dentro da câmara de vereadores eu tive que fazer meu espaço. O espaço é igual para todo mundo, todo vereador tem direito a um gabinete, a mesma quantidade de assessores [...] O espaço físico é o mesmo, o enredo é que o problema. A mulher tem que entrar preparada [...] eu participei, eu fui uma vereadora ativa, fui uma vereadora relatora de duas CPI's, fui presidente de outra, esses processos de CPI acabaram dando na cassação do prefeito ao final do mandato [...] enquanto vereadora encabeçar essas comissões especiais de inquérito, enquanto mulher, viajar, fazer incursões em empresas fantasmas, abrir portas de empresas que não existiam, entrar de cabeça nessa maracutaia, revelar, porque eu tenho tudo isso revelado [...] isso é muito forte, muito pesado e eu entrei de cabeça.

Para Regina, as mulheres não gostam de compactuar com a política tradicional, onde o vereador acaba por assumir funções do executivo, por ser um trabalho mais fácil e visível à população, e forma como as coisas acontecem há anos, é mais um fator de afastamento, já que em sua visão as mulheres não aceitam essas ações.

Apesar desse ambiente de perseguição relatado, Regina ressalta que nunca foi desrespeitada dentro da Câmara Municipal. Nunca ouviu piadinhas machista e é um ambiente de respeito.

Regina se considera estando no aspecto da direita. Durante seu mandato, levava a bandeira do esporte, das mulheres, criando várias ações de prevenção, semana da mulher, conselho da mulher, junto com a outra vereadora vigente Claudia Lemos. Fez um trabalho conjunto com a polícia sobre o combate às drogas. Direitos humanos, foram representados por ela através da vinda da APAC para Cachoeiro com o apoio do Bispo Dom Célio. Se preocupava em levar o debate do papel da Câmara Municipal para dentro das escolas. Se preocupa com os pequenos produtores, criando o selo de inspeção municipal, entre outras pautas.

A família se assusta quando Regina entra para o mundo político, mas conta que o pai sempre foi muito ativo politicamente, sempre levava os filhos em comícios. Na época, o irmão também concorre como vice prefeito. Apesar do susto inicial, a família sempre a apoiou. Regina tem uma filha e conta que quando ocupava um cargo na câmara a levava para o que chamava de “gabinete”. Sempre manteve a filha por perto, durante seu mandato.

Quando termina seu mandato, não ingressa mais na política até o ano de 2020. Atualmente concorre como candidata pelo partido PNM (Partido da Mobilização Nacional).

Discussões e Conclusões

De início, faz-se importante algumas palavras quanto à dificuldade em acessar dados sobre legislaturas em Cachoeiro de Itapemirim-ES através do TRE-ES. A plataforma nos fornece uma análise dos dados em relação à gênero,

idade e outras variáveis sobre as eleições de 2012 a 2020, apenas. Os dados estatísticos sobre o percentual de mulheres que concorreram as eleições dos anos anteriores foram feitos a partir dos dados brutos. Uma grande dificuldade, principalmente se levarmos em conta a falta de marcadores de gênero nas candidaturas, ficando, portanto, à mercê dos nomes dos candidatos, que por vezes, nem sempre deixa explícito se feminino ou masculino. O site ainda, avisa sobre uma revisão que vem sendo feita dos dados que estão disponibilizados, podendo, no futuro, sofrer alguma alteração.

Em Cachoeiro de Itapemirim-ES com a implantação da Lei de Cotas (9.504/97) em se fazendo cumprir seu artigo 10, §3º e após a análise dos dados disponibilizados pelos TRE (Tribunal Regional Eleitoral) podemos notar um crescimento do ano de 1992 até a última eleição do ano de 2020, do número de candidatas concorrendo à vereança, de pouco mais de 8%, passa agora a ser pouco mais de 32%, o que de fato configura que a lei de cotas foi efetiva para aumentar o quantitativo de mulheres participantes do processo eleitoral. Porém, ela não garante a entrada e ocupação dos cargos, visto que, o número de mulheres eleitas não teve um aumento significativo, antes ou depois da lei.

Olhando os mandatos, é possível verificar que apenas na legislatura de 2005-2008 houve duas mulheres ocupando os cargos efetivamente, sendo elas Claudia Mileipe Festa Lemos e Regina Travaglia. Nas outras legislaturas ou não havia mulheres eleitas ou quando havia, era apenas uma, como foram as legislaturas de 2009-2012 e a de 2017-2020.

Nas entrevistas realizadas com quatro das seis vereadoras que ocuparam a Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim-ES, podemos notar alguns aspectos relevantes

quanto ao ingresso de mulheres na política: o perfil das mulheres que conseguiram se eleger na cidade e que foram entrevistadas é de mulheres brancas, de classe média, com nível de escolaridade mínimo sendo a pós-graduação, casadas e mães.

O que fica bem tímida na fala dessas mulheres é a relação familiar, principalmente no que se refere aos seus casamentos, como se fosse um aspecto sem muito impacto negativo em suas carreiras políticas, pelo contrário, afirmam receber muito apoio de sus cônjuges e familiares.

Não distante do ideal de mulher construído na República que representava os ideais positivistas de ordem, pátria e família, em contraposição ao modelo da república francesa representada por uma mulher revolucionária, o casamento e os filhos, têm uma posição de destaque e orgulho na fala de algumas vereadoras, como foi o caso da Renata Fiório e da Claudia Lemos.

O ideal de mulher revolucionária, militante quanto aos seus direitos e inexistente no advento da república brasileira, é entendido, até certo ponto, a partir da personificação da mulher feminista, que vai à rua, protesta, levanta bandeiras e que não é bem vista na sociedade brasileira, sendo caracterizada como “extremista”.

Nesse ponto e, observando as trajetórias de vida e política das mulheres do Espírito Santo, podemos afirmar que existe a reprodução do ideal intencional criado na república, a mulher que zela pelo lar, a mãe e em até certo limite, a imaculada.

Bourdieu destaca na fala

Essas distinções críticas nada têm de gratuito: elas implicam, de fato, que a revolução simbólica a que o movimento feminista convoca não pode se reduzir a uma simples conversão das consciências e das vontades. Pelo fato de o fundamento da

violência simbólica residir não nas consciências mistificadas que bastaria esclarecer, e sim nas disposições modeladas pelas estruturas de dominação que as produzem, só se pode chegar a uma ruptura da relação de cumplicidade que as vítimas da dominação simbólica têm com os dominantes com uma transformação radical das condições sociais de produção das tendências que levam os dominados a adotar, sobre os dominantes e sobre si mesmos, o próprio ponto de vista dos dominantes (BOURDIEU, 2012, p.54).

O movimento feminista, nesse ponto, é considerado extremista, pois, reconhece a necessidade de mudança, não só da mentalidade de quem é dominado pelo sistema, mas pela própria mudança do sistema, característica que vai de encontro aos ideais propagados e assimilados pela sociedade brasileira.

Muito presente na fala das vereadoras foi o sentimento de que as mulheres fazem política diferente dos homens, percepção que também aparece no trabalho de Souza (2014, p.216), quando aponta sua percepção das mulheres que já ocuparam cargos no legislativo do Espírito Santo, que elas entram na vida política por um anseio social, principalmente, por ter contato com os problemas do dia a dia, de alimentação, de enfrentamento de postos de saúde, justamente por serem as responsáveis pelo cuidado com a família. Essa realidade se apresenta na história de Claudia Lemos, que destaco na fala

Eu me envolvi porque os meninos eram amigos dos meus filhos, eu vi as vezes um menino chorando com dor de dente e eu achava aquilo um absurdo porquê [...] não usava um fio dental, não tinha uma escovação adequada e aí eu comecei a falar com eles que eles precisavam cuidar. Eu

vinha na prefeitura e pedia trailer odontológico aí eu, por ter conhecimento com as autoridades da cidade, com prefeito, né. Eu era vizinha do José Tasso e da Marcia na praia, lá em Guarapari. Aí eu ficava pedindo a eles, ficava querendo melhorar. Eu não me conformava de lá não ter mais linhas de ônibus para as pessoas poderem estudar, poderem ter mais oportunidade de trabalho. Arrumamos uma reunião com a Flecha Branca, orientei o pessoal, montamos uma associação de moradores, organizamos a comunidade e aí as pessoas me convidaram pra ser candidata (LE MOS, Claudia. Entrevista concedida em 20 de outubro de 2020).

Muito presente é a fala de que as mulheres são dinâmicas por natureza, de que as mulheres dão conta de vários serviços por conta de suas inúmeras obrigações

É, a mulher ela consegue tomar conta da criança, fazer comida, se maquiar, pentear o cabelo, correr no banheiro... tomar conta de um monte de coisa, não é o perfil masculino. A gente já tem isso em estudos psicológicos, estudos da mente, isso já está definido. Então eu até li um livro que é “mulheres são polvo e homens são cobra”, no sentido de a mulher ter vários tentáculos, tomar conta de várias coisas ao mesmo tempo e o homem ele foca em uma coisa, ele vai para o trabalho, cumpre aquela regra lá de trabalhar e tudo mais e vem pra casa (TRAVAGLIA, Regina. Entrevista concedida em 21 de outubro de 2020).

Para as entrevistadas, isso se configura como uma espécie de vantagem em relação aos homens. Curioso o fato de que essas múltiplas tarefas que distanciam as mulheres da vida política é o que para elas se faz como uma vantagem em relação aos homens. Bourdieu

(2012, p.18) já descrevia essa relação de aceitação dos dominados no trecho

A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres (BORDIEU, 2012, p.18).

O fato de as mulheres que se colocam como representantes naturalizarem essa divisão do trabalho e a categorizarem como uma vantagem, evidencia a construção do imaginário de dominação masculina permeado por estes atos simbólicos de legitimação.

Bourdieu (2012, p.22) ainda destaca que

Quando os dominados aplicam àquilo que os domina esquemas que são produto da dominação, ou, em outros termos, quando seus pensamentos e suas percepções estão estruturados de conformidade com as estruturas mesmas da relação da dominação que lhes é imposta, seus atos de conhecimento são, inevitavelmente, atos de reconhecimento, de submissão.

Esse poder simbólico de dominação masculina se dá através de palavras, gestos e ritos, incorporadas em instituições sociais, tal qual a família. É a ação diária que não se pontua, dá-se como neutra e é, também, legitimada através

da ação dos dominados, aqui entendidos como as mulheres. Chamo atenção para uma fala da Regina Travaglia quando diz que

A mulher é insegura. Acontece que os partidos têm que ter a cota de gênero, que acaba sendo a cota das mulheres, vulgarmente sendo chamada de cota das mulheres, exatamente por isso, porque as mulheres não se lançam e os partidos ficam loucos correndo atrás das mulheres. [...] (TRAVAGLIA, Regina. Entrevista concedida em 21 de outubro de 2020).

A lógica da dominação está presente em todas as áreas, inclusive na escolha de carreiras e na renúncia da mesma. Por isso essa impressão de “insegurança” apontado pela ex-vereadora, principalmente por se tratar de um cargo tipicamente masculino.

A fala corrobora com os estudos de Araújo (2001, p.240) que dizem que localidades menores e mais conservadoras tendem a não ter muita participação feminina, entendida como “falta de interesse”. Aliado a esse processo estão todas as obrigações que recaem na conta da mulher.

Os partidos políticos, têm um programa ideológico frágil, que não privilegia candidaturas femininas ao não oferecer suporte mínimo para que as mulheres consigam participar de formações, reuniões e ocupar cargos de poder dentro dos partidos. Ademais destinam os recursos financeiros para campanhas para os homens do partido, e assim dificultam o acesso das mulheres aos cargos de representatividade.

Quanto à ocupação aos cargos, nota-se uma necessidade em que a legislação se modifique, a fim de atender as reais necessidades da sociedade. A “Lei de Cotas” é um instrumento importantíssimo de acesso à política por parte das mulheres, porém, sozinha, não garante o

ingresso dessas mulheres aos cargos de poder, o que corrobora com a sub-representação feminina.

Um argumento muito defendido pelas mulheres que já ocuparam uma cadeira no legislativo da Cachoeiro de Itapemirim-ES, foi a necessidade em se ter cadeiras garantidas para as mulheres e não apenas uma obrigatoriedade dentro dos partidos, principalmente por abrir precedente para candidaturas conhecidas como “laranjas”, onde a mulher apenas ocupa a vaga para a corrida eleitoral, a fim de que o homem tenha condições de se eleger.

A presença de mulheres nesses espaços de poder altera toda uma estrutura, seja física, como foi o caso do banheiro feminino na Câmara Municipal, que não existia até a entrada das primeiras mulheres, seja institucional com criação de leis específicas, como foi o caso da ouvidoria da mulher, criada em 2018, pela vereadora Renata Fiório. Porém, a partir da análise dos projetos de lei, pode-se constatar que esse distanciamento de uma afinidade feminista que reforce agendas de combate ao afastamento de mulheres em instâncias de poder e da ampliação de direitos acaba impactando na proposição legislativa de mulheres que ocuparam a Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim-ES.

Segundo o site da Câmara Municipal, entre os anos de 2009 e 2020, apenas um Projeto de Lei voltado para ampliação de direitos das mulheres foi proposto por uma mulher (19/2018), em comparação aos outros nove propostos por homens (1488/2020, 1396/2020, 24/2020, 104/2020, 450/2017, 175/2017, 62/2014, 177/2013, 14/2019). Vale ressaltar que no período de 2009 a 2012, duas mulheres ocuparam cargos de vereadora, sendo elas Arlete Brito, posteriormente substituída pela Joana D'arc em decorrência da cassação de seu mandato, e

nos anos de 2017 a 2020, a vereadora Renata Fiório.

Chamo atenção ao fato de que nenhuma das mulheres levantou a bandeira do feminismo em sua fala, ao contrário, havia uma tendência de afastamento. A autora Souza (2014, p.213) também sinaliza esse fato em sua pesquisa: “As deputadas e senadoras inseridas nesta pesquisa não sinalizaram para uma plataforma política feminista, embora tenham observado que trabalham também em prol de causas específicas às mulheres, como a violência de gênero e as demandas por direitos específicos ao grupo” (SOUZA, 2014, p.213).

A autora ainda destaca a importância da incorporação dos tempos feministas para uma política de mudanças radicais que irão garantir, de fato, a presença de mulheres nesses espaços. Nesse sentido, faz-se importante a eleição de mulheres que representem agendas de equidade de direitos, sejam políticos ou sociais. Nesse sentido há o questionamento: qual a diferença de um homem e uma mulher que não representa esses ideais?

Essas vereadoras destacaram o ambiente respeitoso que encontraram ao entrar na Câmara Municipal, negando sofrer qualquer tipo de machismo nesse espaço, dirigido a elas, porém não negam que existe. A violência não física, nem sempre é percebida por essas mulheres, configurada como violência simbólica. Quase todas começam o discurso elencando alguma situação de machismo, como a fala dirigida à Renata sobre ela ter que usar um “cinto de castidade” ou a carta que enviaram ao marido de Claudia para que ele ficasse atento, pois, o prefeito da época era “mulherengo”, são exemplos claros de machismo e de desqualificação, mas, elas não se percebem

como vítimas e justificam falando sobre a postura de firmeza e seriedade que levam para a câmara.

Bourdieu aponta um elemento subjetivo que parte da premissa de que as os dominados reproduzem a lógica de dominação. Em seu exemplo, ele cita as mulheres francesas que preferem homens altos e mais velhos como companheiros. Pela lógica, se ela escolhesse um homem com perfil diferente, estaria ela em posição dominante, mas, quando o contrário se impõe, ela se sentiria diminuída ao lado de um homem diminuído (BOURDIEU, 2012, p.48).

Essa passagem pode ser observada no caso das vereadoras da Câmara municipal que não querem se entender e assumir uma posição de mulheres que sofrem e que estão sujeitas a sofrer machismo. É como se assumir essa posição fosse uma forma de desqualificá-las. Para tanto, o uso do eufemismo para citar situações de machismos como a fala da Joana D'arc

Eu sempre fui muito firme na minha postura ideológica, então, fui muito respeitada durante esse período que ocupei, por conta da minha posição ideológica. Alguns teciam alguns elogios como se a gente fosse um “vasinho de mesa”, de flor, para enfeitar a mesa, né? “Ah, chegou para enfeitar e mesa, né?” não chegava a ser uma indelicadeza, mas era até de forma elegante que eram tecido os elogios, mas a mulher não é vista como se fosse ocupar um cargo e fazer valer ali o seus ideais e é assim que muitas pessoas olham a mulher, como um apêndice, talvez, do homem,.. um complemento (CAETANO, Joana. Entrevista concedida em 21 de outubro de 2020).

O sinal mais claro desses esquemas que são produtos da dominação acontece quando elas citam que só não sofreram com piadinhas e machismo por conta de sua “postura ideológica”

ou por seu “posicionamento firme” e até mesmo por “ser alta demais”. Um discurso perigoso, porque não só legitima atos de machismo, como esconde e diminui o fato de acontecerem. Mas quanto a isso Bourdieu faz um importante apontamento

Lembrar os traços que a dominação imprime perduravelmente nos corpos e os efeitos que ela exerce através deles não significa dar armas a essa maneira, particularmente viciosa, de ratificar a dominação e que consiste em atribuir às mulheres a responsabilidade de sua própria opressão, sugerindo, como já se fez algumas vezes, que elas escolhem adotar práticas submissas (“as mulheres são seus piores inimigos”) ou mesmo que elas gostam dessa dominação, que elas “se deleitam” com os tratamentos que lhes são infligidos, devido a uma espécie de masoquismo constitutivo de sua natureza. Pelo contrário, é preciso assinalar não só que as tendências à “submissão”, dadas por vezes como pretexto para “culpar a vítima”, são resultantes das estruturas objetivas, como também que essas estruturas só devem sua eficácia aos mecanismos que elas desencadeiam e que contribuem para sua reprodução. O poder simbólico não pode se exercer sem a colaboração dos que lhe são subordinados e que só se subordinam a ele porque o constroem como poder. Mas, evitando deter-nos nessa constatação (como faz o construtivismo idealista, etnometodológico ou de outro tipo), temos que registrar e levar em conta a construção social das estruturas cognitivas que organizam os atos de construção do mundo e de seus poderes. Assim se percebe que essa construção prática, longe de ser um ato intelectual consciente, livre, deliberado de um “sujeito” isolado, é, ela própria, resultante de um poder, inscrito duradouramente no corpo dos

dominados sob forma de esquemas de percepção e de disposições (a admirar, respeitar, amar etc.) que o tornam sensível a certas manifestações simbólicas do poder (BOURDIEU, 2012, p.52-53).

Todas as falas, gestos e até negações, fazem parte dessa construção que se manifesta no *habitus*, uma subjetividade socializada, tanto dos homens dominantes, quanto das mulheres submissas. Por isso, não é tão incomum enxergar essas falas, que se fazem, de certa maneira, universais em nossa sociedade, que bebe da fonte ocidental e que compartilha desse poder expresso na dominação de corpos.

Cachoeiro de Itapemirim-ES não foge à realidade do cenário Estadual e nem do nacional quando o assunto é o ingresso de mulheres na política. As barreiras, aqui entendidas os fatores econômicos, sociais, culturais, desprivilegio dos partidos quanto a candidaturas femininas e o próprio sistema político brasileiro dificultam o acesso e contribuem para a sub-representação das mulheres.

A lei de cotas, de 9.504/97 e suas modificações posteriores, apesar de importante ao possibilitar o reconhecimento da sub-representação feminina, não garante o acesso das mulheres aos cargos, efetivamente. É preciso começar um debate amplo de mudança na legislação vigente e no tipo de lista adotado pelo Brasil, sendo aqui, preferível um sistema de lista fechada com cotas que garantam a ocupação de mulheres nas primeiras posições.

Não somente uma mudança no sistema político eleitoral, mas também uma responsabilização dos partidos políticos que desprivilegiam as candidaturas femininas, são passos necessários no empreendimento de mudanças. É preciso responsabilizar os agentes que contribuem para a sub-representação

feminina, através de sanções legais. Ademais, a participação feminina na ocupação de cargos dentro dos próprios partidos se faz necessária na construção de um ambiente que propicie a manutenção e permanência dessas mulheres na política. O cuidado dos filhos não deixou, mesmo que no século XXI, de ser uma responsabilidade feminina, para tanto, faz-se necessário uma rede de apoio dentro dessas instâncias, através de creches, por exemplo, para que essas mulheres possam construir junto ao partido.

Referências

- ALMEIDA, Carla; LUCHMANN, Lígia; RIBEIRO, Ednaldo. Associativismo e representação política feminina no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 8, p. 237-263, 2012.
- ARAÚJO, Clara. **Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil**. Revista Estudos Feministas, v. 9, n. 1, p. 231-252, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina: condição feminina e a violência simbólica**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BRASIL, LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997. Diário Oficial da [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 30 de setembro de 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9504.htm Acesso em: 30 de out. 2020.
- CAETANO, Joana. Artigo 10 da lei 9504/97: relevância e contradições no ingresso de mulheres na política em Cachoeiro de Itapemirim-ES, no período de 1992 a 2020. 2020. Entrevista concedida a Yasmim Speroto Giro, Cachoeiro de Itapemirim, 2020.
- CARVALHO, J.M. **A formação das almas** – O imaginário da República no Brasil. 1. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- COELHO, Leila Machado; BAPTISTA, Marisa. A História da Inserção Política da Mulher no Brasil: uma Trajetória do Espaço Privado ao Público. **Revista Psicologia Política**. V. 9, n. 17, p. 85-99, 2009.
- GUEDES, Jefferson Carús; NÓBREGA, Ana Karina Vasconcelos da. Da sub-representatividade feminina na política com ênfase no art. 10, § 3º da lei nº 9.504/97: ineficácia das ações afirmativas e a busca pelo modelo político ideal. **Brazilian Journal of Development**, v.5, n. 8, p. 12096-12122, 2019.
- LEMOS, Claudia. **Artigo 10 da lei 9504/97: relevância e contradições no ingresso de mulheres na política em Cachoeiro de Itapemirim-ES, no período de 1992 A 2020**. 2020. Entrevista concedida a Yasmim Speroto Giro, Cachoeiro de Itapemirim, 2020.
- LUNZ, Leandro da Silva. **Mulheres na política: Myrthes Bevilacqua Corradi e Luzia Alves Toledo no poder legislativo- 1980 a 2018**. 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.
- NADER, Maria Beatriz; RANGEL, Lívia de Azevedo Siveira. Gênero e sexualidade. In: NADER, Maria Beatriz; RANGEL, Lívia de Azevedo Silveira (Org.). **Mulher e gênero em debate: representações, poder e ideologia**. Vitória: EDUFES, 2014. p.11-15. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/1028/1/livro>

%20edufes%20mulher%20e%20genero%20em%20debate.pdf. Acesso em: 30 de out. 2020.

NASCIMENTO, Renata. Artigo 10 da lei 9504/97: **Relevância e contradições no ingresso de mulheres na política em Cachoeiro de Itapemirim-ES, no período de 1992 a 2020.** 2020. Entrevista concedida a Yasmim Speroto Giro, Cachoeiro de Itapemirim, 2020.

NICOLAU, Jairo. O sistema Eleitoral de Lista Aberta no Brasil. **Revista de Ciências Sociais**, v. 49, n. 4, p.689-720, 2006.

PINTO, Celi Regina Jardim. Participação (Representação?) política da mulher no Brasil: limites e perspectivas. In: SAFFIOTI, Heleieth I. B.; MUÑOZ-VARGAS, Monica (Orgs.). **Mulher brasileira é assim.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994, p. 195-230.

RANGEL, Livia de Azevedo Silveira. Mulheres intelectuais capixabas: Espaços de sociabilidade, escrita e poder. In: NADER, Maria Beatriz; RANGEL, Livia de Azevedo Silveira (Org.). **Mulher e gênero em debate:** representações, poder e ideologia. Vitória: EDUFES, 2014. p.41-54. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/1028/1/livro%20edufes%20mulher%20e%20genero%20em%20debate.pdf>. Acesso em: 30 de out. 2020.

SOUZA, Dayane Santos de. **Entre o Espírito Santo e Brasília:** Mulheres, Carreira Política e o Legislativo Brasileiro a partir da Democratização. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

TABAK, Fanny; VERUCCI, Florisa. **A Difícil Igualdade.** Londrina: Relume Dumara, 1994.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve História do Feminismo no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1999.

TRAVAGLIA, Regina. Artigo 10 da lei 9504/97: relevância e contradições no ingresso de mulheres na política em Cachoeiro de Itapemirim-ES, no período de 1992 A 2020. 2020. Entrevista concedida a Yasmim Speroto Giro, Cachoeiro de Itapemirim, 2020.

XAVIER, Kella Rivéria Lucena. O perfil feminino nas páginas da revista *Vida Capichaba*(1920 a 1940). In: NADER, Maria Beatriz; RANGEL, Livia de Azevedo Silveira (Org.). **Mulher e gênero em debate:** representações, poder e ideologia. Vitória: EDUFES, 2014. p.19-37. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/1028/1/livro%20edufes%20mulher%20e%20genero%20em%20debate.pdf>. Acesso em: 30 de out. 2020.